

AVISOS:

- Solicitamos aos Licitantes que atentem para a forma de envio dos documentos de habilitação contida no item 4.1 e TODOS seus subitens;
- Todos os documentos devem ser enviados **ANTERIORMENTE** a abertura do certame juntamente com a proposta inicial;
- Para Microempresas e de pequeno porte poderá ser prorrogado o prazo de envio para comprovação somente de regularidade fiscal desde que tenha apresentado todos os documentos solicitados em Edital e TR, conforme Art. 43 da LC 123/2006;
- Fiquem atentos a eventuais divergências entre o DESCRIPTIVO dos itens lançados no compras.gov.br e o Termo de Referência;
- Fiquem atentos a eventuais divergências entre as UNIDADES DE MEDIDA dos itens lançados no compras.gov.br e o Termo de Referência;
- Fiquem atentos ao processo e prazo de pagamento;
- A prática injustificada de atos ilegais, v.g.: não manter a proposta (ex. desistência, solicitação de troca de marca, planilha, laudos, declarar origem do material – nacional ou importado), deixar de enviar documentação exigida, fazer declaração falsa, não assinar o contrato, não entrega no prazo e etc, sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará a Licitante a penalidades, as quais serão apuradas em regular processo administrativo.



Embrapa Florestas

EDITAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – Embrapa Pregão Eletrônico - Embrapa 028/2023					
OBJETO: Contratação de Seguro de Veículos Automotores da Frota da Embrapa Florestas, por um período de 12 (doze) meses, com início às 00:00 horas do dia 10/01/2024.			MODO DE DISPUTA:		
Critério de Julgamento: (X) Menor Preço () Maior Percentual de Desconto			(_X_) ABERTO () ABERTO E FECHADO		
Data de Abertura: 04/12/2023 às 09:00hs , sítio www.comprasgovernamentais.gov.br					
Valor total estimado: R\$ 88.154,89 (Oitenta e oito mil e cento e cinquenta e quatro reais e oitenta e nove centavos);					
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Embrapa para o exercício de 2023, na classificação abaixo: Gestão/Unidade: 135028 Elemento de Despesa: 33903969					
Vistoria	Instrumento Contratação	de	Forma Adjudicação	de	DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
Sim (<input type="checkbox"/>) Não (X) Obs.: A vistoria será facultativa conforme regras estabelecidas no Termo de Referência	Ordem de Compras e Serviço (<input type="checkbox"/>) Minuta Contratual (X)		Por Item (<input type="checkbox"/>) Por Lotes (<input type="checkbox"/>) Preço Global (X)		Requisitos Básicos: Item 4 do Edital Requisitos Específicos: - Atestado de Capacidade Técnica - Certidão de Regularidade junto à SUSEP - Demais (Veja Termo de Referência)*
Lic. Exclusiva ME/EPP?	Reserv. Cota ME/EPP?		Exige Amostra/Dem.?	Dec. nº 7.174/2010?	Prazo para envio da proposta/documentação
Sim (<input type="checkbox"/>) Não (X)	Sim (<input type="checkbox"/>) Não (X)		Sim (<input type="checkbox"/>) Não (X)	Sim (<input type="checkbox"/>) Não (X)	Até 2 horas após a convocação realizada pelo Pregoeiro
Pedidos de Esclarecimentos			Impugnações		
Até 3 (três) dias, úteis, anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, para o endereço: cnpf.sps@embrapa.br			Até 3 (três) dias, úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública para o endereço: cnpf.sps@embrapa.br		
Observações Gerais: OBS: Informo que, caso a descrições do CATMAT constantes do "SIASG", citadas pelo "COMPRASNET", estejam incompletas ou divergentes por não localizarmos itens com as mesmas características do solicitado, PREVALECERÃO AS ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL					

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, por meio de sua Unidade: Embrapa Florestas, sediada em Colombo/PR, na Estrada da Ribeira km 111, bairro Guaraituba, CEP 83.411-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O presente pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, disponível no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 1.2. Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor do sistema eletrônico antes da data de realização do pregão, na forma da Instrução Normativa nº 3 de 26 de junho de 2018, do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
- 1.3. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 1.4. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 1.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 1.6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 1.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 1.8. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a Contratação Seguro de Veículos Automotores da Frota da Embrapa Florestas, por um período de 12 meses, com início às 00:00 horas do dia 10/01/2024, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2.2. Os itens, se for o caso, destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, estarão identificados no Termo de Referência.

2.3. Em caso de discrepância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

3.2. Não poderão participar as pessoas, físicas ou jurídicas, que tenham sofrido:

- penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, prevista no inciso III do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, desde que aplicada pela Embrapa;
- penalidade de impedimento de licitar e contratar, prevista no artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 ou no artigo 47 da Lei n. 12.462/2011, aplicada por qualquer órgão ou entidade da União;
- penalidade de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993 ou a prevista no artigo 46 da Lei n. 8.443/1992, aplicada pelo Tribunal de Contas da União;
- penalidade de proibição de contratar com o Poder Público prevista nos incisos do artigo 12, III da Lei n. 8.429/1992;

3.3. Para os fins desta licitação, os impedimentos referidos neste Edital serão verificados perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos mantidos pelo Executivo Federal, e outros sistemas cadastrais pertinentes, que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta, conforme o caso.

3.4. Também estarão impedidas de participar da Licitação empresas que, na data do certame, estejam cumprindo sanção de proibição de participar de licitações e celebrar contratos administrativos nos termos do artigo 38 da Lei nº 12.529/2011, do artigo 10 da Lei 9.605/98, e inciso IV do artigo 33 da Lei nº 12.527/11.

3.5. Também não poderão participar Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum participando da presente licitação;

3.6. Não poderão participar, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.7. Serão impedidas de participar, também, as pessoas, físicas ou jurídicas, referidas nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.

3.8. A participação de cooperativas na presente licitação:

- Será admitida ().
- Não será admitida (X), conforme justificativa constante do Termo de Referência da presente licitação.

3.9. A participação de empresas reunidas em consórcio:

- Será admitida ().
- Não será admitida (X), conforme justificativa constante do Termo de Referência da presente licitação.

3.10. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.11. Este pregão é de âmbito nacional.

3.12. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
 - nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;
 - nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- que cumpre os requisitos do Decreto n. 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência, se for o caso.

4. DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado, o preço e os documentos de habilitação, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

4.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.6. Os licitantes declararão, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

4.6.1. A falsidade desta declaração sujeitará o licitante às sanções previstas Decreto nº 10.024/2019, em especial, a penalidade prevista no inciso IX, de seu artigo 49.

4.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

4.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta, na forma do Capítulo IX do Decreto nº 10.024/2019.

4.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.10. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 38 do Decreto nº 10.024/2019.

4.11. Serão exigidos os seguintes documentos para a habilitação jurídica:

- 4.11.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 4.11.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 4.11.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 4.11.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 4.11.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

- 4.11.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 4.11.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.
- 4.11.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 4.11.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 4.11.10. No caso de exercício de atividade regulamentada, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, conforme legislação pertinente, conforme exigências descritas no Termo de Referência.
- 4.11.11. **Declaração de inexistência de fatos impeditivos previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016, conforme modelo constante de anexo do presente Edital;**
- 4.11.12. **Certidão de Regularidade junto à SUSEF, sem ocorrências de pendências;**
- 4.12. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectivas, quando houver;
- 4.13. Serão exigidos os seguintes documentos para verificação da capacidade técnica:
- a) no mínimo, 01 (um) atestado, em nome da interessada, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, referente à execução satisfatória, compatível com o objeto lícito;
 - b) além do atestado, outros requisitos poderão estar definidos no Termo de Referência, com vistas ao estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.
- 4.14. É permitido o somatório de quantitativos havidos em mais de um atestado.
- 4.15. É permitida a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos em nome de outra empresa da qual a licitante seja subsidiária integral e/ou de subsidiária integral pertencente a licitante, desde que pertencente à mesma atividade econômica;
- 4.16. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou, tratando-se de prestação de serviços contínuos, se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.
- 4.17. Os atestados deverão conter nome, endereço, telefone de contato do atestador ou qualquer outro meio que permita à Embrapa manter contato com a sociedade atestante.
- 4.18. Para demonstração da Qualificação Econômica Financeira, será exigida a seguinte documentação:
- 4.18.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
 - 4.18.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
 - 4.18.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);
 - 4.18.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
 - 4.18.2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
 - 4.18.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
 - 4.18.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$
- 4.18.4. As empresas que apresentarem Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou menor que 1 (um) quando da habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. (definição conforme artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018)
- 4.18.5. Caso a licitante que apresente resultado igual ou menor que 1(um) não atenda as condições do item anterior, a qualificação econômica-financeira poderá ser demonstrada, mediante a apresentação de garantia no percentual de 3% (três por cento), podendo o licitante optar por uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro, seguro-garantia e fiança bancária.
- 4.19. Microempresas e empresas de pequeno porte deverão atender a todas as exigências de habilitação previstas neste edital.
- 4.20. Para as microempresas e empresas de pequeno porte (nos termos da Lei Complementar nº 123/2006) que tenham alguma restrição, em relação à documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, nos termos do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 4º e seus parágrafos, do Decreto nº 8.538/2015;
- 4.21. Para aplicação do disposto no item 4.20, o prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação;
- 4.22. A prorrogação do prazo constante do item 4.20 poderá ser concedida, a critério da Embrapa, após requerimento justificado da licitante.
- 4.23. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 4.24. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o licitante inabilitado, devendo instruir o processo, se for o caso, com vistas a possíveis penalidades.
- 4.24.1. Caso o documento de habilitação ausente consistir em declaração sobre fato preexistente, o pregoeiro poderá conceder prazo razoável para o saneamento da falha. (Acórdãos TCU 988/2022 - Plenário)
 - 4.24.2. Caso existam dúvidas relacionadas à incertezas e/ou divergências constadas em propostas de licitantes, bem como erros ou falhas em planilhas de preços cuja identificação seja evidente, o pregoeiro e sua equipe de apoio poderão suprimi-las por meio de diligências.
 - 4.24.3. As falhas, erros ou omissões tratadas neste dispositivo deverão ser resolvidas em, no máximo, 2 (duas) horas após notificação ao licitante.
- 4.25. Para verificação da regularidade fiscal, serão exigidos, exclusivamente:
- a) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
 - b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- a) Valor unitário e total;
 - b) Fabricante, se for o caso;
 - c) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 5.2. As propostas deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro, uniformes, alimentação, transporte, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

5.3. O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, contados da data prevista para abertura da sessão, podendo vir a ser prorrogado mediante solicitação da **Embrapa** e aceitação do licitante.

5.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema COMPRASNET, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

6. DO PROCESSAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.8. O lance deverá ser ofertado considerando o critério de julgamento definido no presente edital.

6.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.10. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.11. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com as regras deste edital deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

6.12. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Envio de Lances no modo de disputa "aberto"

6.18. Caso a licitação ocorra pelo modo de disputa aberto, os procedimentos da etapa de lances serão os seguintes:

6.19. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

6.20. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.21. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.22. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.23. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço, na forma do §3º do artigo 32 de Decreto 10.024/2019.

Envio de Lances no modo de disputa "aberto e fechado"

6.24. Caso seja adotado o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, considerando os seguintes procedimentos:

6.25. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.26. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.27. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.28. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.29. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.30. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

Direito de Preferência para microempresas e empresas de pequeno porte

6.31. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro deverá verificar a ocorrência de empate ficto em favor de microempresa ou empresa de pequeno porte, assegurando, se for o caso, o direito de preferência, observando-se o seguinte:

a) o empate ficto ocorrerá quando as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço;

b) ocorrendo o empate, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada, poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências de habilitação, deve ser adjudicado o objeto em seu favor.

c) se a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada não exercer o direito de preferência, deverão ser convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, deve ser realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro pode apresentar melhor oferta.

6.32. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, deixe de apresentar, no prazo citado, nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame ou apresente proposta de preço inaceitável ou deixe de atender às exigências de habilitação, o pregoeiro convocará, dentre as empresas remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.31., na ordem classificatória, a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada para o exercício do mesmo direito de preferência.

6.33. O procedimento previsto no subitem 6.32. será adotado, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital ou até que não haja microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadre na hipótese do subitem 6.32.

6.34. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens 6.32. e 6.33., o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que sua proposta seja aceitável e ele apresente os documentos de habilitação, tudo de acordo com o presente Edital.

6.35. O disposto no subitem 6.34. somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.36. Encerrada a etapa de lances, se a proposta atender aos critérios de aceitabilidade de preços, o licitante detentor da melhor oferta, após solicitação do pregoeiro, encaminhará em até 2 (duas) horas, por meio da funcionalidade "enviar anexo" presente no sistema Comprasnet ou, em caso de problemas de comunicação na rede e de forma motivada pelo licitante, no e-mail cnpf.sps@embrapa.br, a PROPOSTA FORMAL e, se necessário, os documentos complementares, decomposta em Planilha de Preços, conforme modelo anexo ao presente Edital, com os preços adequados ao seu último valor ofertado.

6.36.1. Em caráter de diligência, os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet poderão ser solicitados, devendo o novo envio ocorrer em original, por cópia autenticada **ou digitalizados, conforme os parâmetros estabelecidos pelo artigo 5º do Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020**, a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo e no endereço indicados pelo Pregoeiro.

6.36.2. É de responsabilidade do licitante confirmar, junto à Embrapa, o recebimento dos documentos de habilitação e proposta final, não cabendo à Embrapa a responsabilidade pelo desconhecimento de tais informações.

Direito de Preferência - art. 3º da Lei nº 8.248/1991

6.37. Para a aquisição de bens comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

6.38. Nas contratações de bens e serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248, de 1991, as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

6.39. Quando aplicada a margem de preferência a que se refere o Decreto nº 7.546, de 2 de agosto de 2011, não se aplicará o desempate previsto no Decreto nº 7.174, de 2010.

6.40. Para produtos abrangidos por margem de preferência, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto manufaturado nacional, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos manufaturados nacionais que estão enquadradas dentro da referida margem, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.41. Nesta situação, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

Critério de Desempate

6.42. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos [art. 44](#) e [art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), seguido da aplicação do critério estabelecido no Art. 55, da Lei 13.303/2016, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

6.43. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item 6.43, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

6.44. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7. DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

7.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.1.2. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.

7.2. O valor global da proposta, após a negociação, não poderá superar o orçamento estimado pela **Embrapa**, sob pena de desclassificação do licitante.

7.3. Se depois de adotada a providência referida no item 7.1.2 não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação.

DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.4. O pregoeiro poderá desclassificar as propostas que apresentem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

7.5. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracterizará motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

7.6. A análise de exequibilidade da proposta não deverá considerar materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

7.7. O pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade ou qualquer outro aspecto da proposta.

7.8. O pregoeiro poderá exigir do licitante a demonstração da exequibilidade da sua proposta, podendo para tanto e conforme o caso adotar os procedimentos mais adequados para tanto, tais como:

- a) Requerer a apresentação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
- b) Solicitar informações junto às Secretarias de Trabalho e de Previdência, do Ministério da Economia;
- c) Realizar consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- d) Realizar pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- e) Realizar verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;
- f) Realizar pesquisa de preço com agentes econômicos dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- g) Realizar a verificação de notas fiscais dos produtos cotados na proposta e anteriormente adquiridos pelo proponente;
- h) Realizar o levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- i) Realizar ou consultar estudos setoriais;
- j) Realizar consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- k) Realizar a análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para a prestação dos serviços.

7.9. Qualquer licitante poderá requerer, motivadamente, que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.10. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

7.11. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.12. Se a proposta do licitante vencedor da etapa competitiva de lances não for aceitável, o pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, verificando o seu atendimento até a apuração de uma proposta que atenda os termos do Edital e desta verificando as condições de habilitação. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

7.13. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

7.14. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro do prazo estabelecido no Termo de Referência

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade definidos no Termos de Referência.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.20. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

7.21. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo e no local definido no Termo de Referência, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

7.22. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

7.23. Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, com posterior encaminhamento por via postal, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional, nos termos dos respectivos Decretos regulamentares.

7.24. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

- 7.25. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 7.26. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.27. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.28. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 7.29. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 7.30. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.31. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 7.32. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital

8. HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

8.1.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SicaF serão enviados nos termos do disposto no art. 26, do Decreto 10.024/2019.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.5.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

8.5.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

8.5.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

8.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, nos termos do § 2º do artigo 38 do Decreto 10.024/2019.

8.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.10. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9. RECURSOS

9.1. Declarado o vencedor do pregão durante a sessão pública, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando deverá ser concedido a ele o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso a contar da disponibilização da decisão, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que devem começar a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

9.2. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no **caput** do art. 44 do Decreto 10.024/2019, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9.3. Apresentadas as razões e contrarrazões, o pregoeiro disporá de 5 (cinco) dias úteis, para decisão.

9.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.3. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

10.6. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

11. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do **caput** do art. 17 do Decreto 10.024/2019.

11.2. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso V do **caput** do art. 13 do Decreto 10.024/2019.

12. ERROS OU FALHAS

12.1. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na [Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#).

12.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o **caput**, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

(x) Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação, conforme justificativa constante do Termo de Referência da presente licitação.

() Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

14. DA CONTRATAÇÃO

14.1. A Embrapa convocará o licitante vencedor para assinatura do Contrato em prazo de até 10 (dez) dias úteis prorrogáveis por igual período. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o instrumento contratual, dentro do prazo e condições estabelecidos, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

14.2. Havendo recusa de assinatura do Contrato, a Embrapa poderá revogar a licitação ou convocar os licitantes remanescentes, atendida a ordem de classificação, para negociação e possível adjudicação do objeto da licitação e homologação pela autoridade superior.

15. PENALIDADES

15.1. Aquele que convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.

15.2. O licitante estará sujeito à multa, garantido o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses e nos seguintes percentuais:

- a) não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, ou não mantiver a proposta – multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor da sua proposta;
- b) deixar de entregar documentação exigida neste Edital – multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da sua proposta;
- c) apresentar documentação falsa – multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da sua proposta;
- d) comportar-se de modo inidôneo – multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da sua proposta;
- e) fizer declaração falsa – multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da sua proposta;
- f) cometer fraude fiscal – multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da sua proposta.

15.3. Ocorrendo mais de uma infração, as multas serão cumulativas até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

15.4. As penalidades referentes à inexecução do Contrato estão estabelecidas no instrumento de contratação, conforme instrumento de contratação em anexo ao presente edital, podendo, ainda, constar do Termo de Referência.

15.5. A aplicação das penalidades acima referidas correrão em processo administrativo devidamente autuado conforme a Lei, o qual poderá iniciar-se de ofício ou a pedido de qualquer interessado.

15.6. Será dada vista dos autos à parte interessada, o qual terá direito de obter cópias de documentos nele contidos e conhecer as decisões proferidas, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.

15.7. A aplicação das penalidades ocorrerá após apresentação defesa pelo interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato (Lei nº 13.303/2016, art. 83, § 2º e item 11.1.2.3 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa), momento em que lhe será facultado formular alegações, apresentar documentos, bem como produzir provas.

15.8. Serão recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelo interessado quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

15.9. O interessado será intimado de prova ou diligência ordenada, com antecedência de 3 (três) dias úteis da sua realização.

15.10. Ultrapassada as fases do item 15.7, caberá ao Chefe Adjunto de Administração da Unidade o acolhimento ou não da defesa apresentada, devendo proferir decisão com a indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão.

15.11. O interessado será intimado da decisão, por intermédio de seu preposto ou, alternativamente, por meio de correspondência com Aviso de Recebimento ou, ainda, por qualquer meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

15.11.1. No caso de desconhecimento ou de domicílio/sede indefinido, a intimação será efetuada por meio de publicação Diário Oficial da União.

15.12. Da decisão administrativa cabe recurso, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da intimação do ato (item 12.1. do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa).

15.13. Poderá o interessado, quando a interposição do recurso, juntar os documentos que julgar convenientes.

15.14. O recurso interposto não terá efeito suspensivo. No entanto, havendo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

15.15. Interposto o recurso, o Chefe Adjunto de Administração intimará os demais interessados, se for o caso, para que, no prazo de 10 (dez) dias corridos, apresentem alegações.

15.16. O recurso será dirigido ao Chefe Adjunto de Administração, o qual, se não reconsiderar sua decisão, o encaminhará ao Chefe Geral.

15.17. O recurso não será conhecido quando interposto fora do prazo ou por quem não seja legitimado.

15.17.1. O não conhecimento do recurso não impede a Embrapa de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

15.18. A autoridade competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente a decisão recorrida.

15.18.1. Se da aplicação do disposto no item 15.17 puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão, no prazo de 10 (dez) dias corridos.

15.19. Os prazos começam a correr a partir da data da intimação ou cientificação, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

15.20. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

15.21. As penalidades referentes à inexecução do Contrato estão estabelecidas no instrumento de contratação, conforme instrumento de contratação em anexo ao presente edital, podendo, ainda, constar do Termo de Referência.

15.22. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

15.23. As sanções serão registradas e publicadas no Sicaf.

16. ATOS LESIVOS À Embrapa

16.1. Com fundamento no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013, o licitante estará sujeito às sanções estabelecidas neste Edital, observados o contraditório e a ampla defesa, e sem prejuízo das demais cominações legais, no caso dos atos lesivos à Embrapa, assim definidos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

16.2. Constatada a prática de ato lesivo à Embrapa, pela configuração, de uma das condutas tipificadas no inciso IV do Artigo 5º da Lei 12.846/2013, haverá a responsabilização administrativa, na forma dos artigos 6º e 7º da 12.846/2013.

16.3. Caso os atos lesivos apurados envolvam infrações administrativas à Lei nº 13.303/2016 ou a outras normas de licitações e contratos da administração pública, e tenha ocorrido a apuração conjunta, o licitante também estará sujeito a sanções administrativas que tenham como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a administração pública, a serem aplicadas no Processo Administrativo de Responsabilização.

16.4. A decisão administrativa proferida pela autoridade julgadora ao final do PAR será publicada no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico da Embrapa.

16.5. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.

16.6. O licitante sancionado administrativamente pela prática de atos lesivos contra a Embrapa, nos termos da Lei nº 12.846/13, publicará a decisão administrativa sancionadora na forma de extrato de sentença, cumulativamente:

- a) em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação do licitante ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;
- b) em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias; e
- c) em seu sítio eletrônico, pelo prazo de trinta dias e em destaque na página principal do referido sítio.

16.7. A publicação a que se refere o item 16.6 será feita a expensas da pessoa jurídica sancionada.

16.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Embrapa resultantes de ato lesivo cometido pelo licitante, com ou sem a participação de agente público.

16.9. O PAR e o sancionamento administrativo obedecerão às regras e parâmetros dispostos em legislação específica, notadamente, na Lei nº 12.846/2013 e no Decreto nº. 8.420, de 18 de março de 2015, inclusive suas eventuais alterações, sem prejuízo ainda da aplicação do ato de que trata o art. 21 do Decreto nº. 8.420/2015.

16.10. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

16.11 As disposições deste item se aplicam quando o licitante se enquadrar na definição legal do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.846/2013.

17. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 17.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.
- 17.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, podendo suspender a abertura da sessão pública caso entenda conveniente.
- 17.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
- 17.4. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
- 17.5. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.
- 17.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 17.7. O licitante, através de consulta permanente ao sítio acima indicado, deverá manter-se atualizado quanto a quaisquer alterações e esclarecimentos sobre o Edital, não cabendo à Embrapa a responsabilidade por desconhecimento de tais informações, em face de inobservância do licitante quanto ao procedimento apontado neste item.
- 17.8. Todos os pedidos/impugnações e suas respectivas respostas serão devidamente publicados no sítio eletrônico da Embrapa.
- 17.9. Somente serão consideradas as impugnações encaminhadas até às 17h:00min do último dia para sua interposição.
- 17.10. O dia de abertura da licitação não é computado para a contagem dos prazos indicados neste item.
- 17.11. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos antes da sessão de abertura da licitação.
- 17.12. Não serão prestados esclarecimentos por telefone.
- 17.13. Acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 18.1. Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época.
- 18.2. A Embrapa poderá promover alterações nos termos deste Edital, havendo reabertura do prazo para a apresentação das propostas, quando tais alterações afetarem a formulação das propostas.
- 18.3. A Embrapa poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, observado o disposto no art. 62 da lei 13.303/2016.
- 18.4. Os recursos destinados à contratação correrão por conta do orçamento da Embrapa.
- 18.5. Fica eleito o foro da Justiça Federal - Circunscrição Judiciária da cidade de Curitiba/PR, com exclusão de qualquer outro, para dirimir qualquer questão oriunda da presente licitação.
- 18.6. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:
- a) ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;
 - b) ANEXO II - TABELA DA FROTA DA EMBRAPA;
 - c) ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;
 - d) ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO;
 - e) ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO.

_____, ____ de _____ de _____

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
Pregão Eletrônico - Embrapa nº 028/2023

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 028/2023 – Embrapa
ANEXO II – TABELA DA FROTA DE VEÍCULOS DA EMBRAPA

SEGURADORA ATUAL: GENTE SEGURADORA S.A.

VIGÊNCIA DO SEGURO ATUAL: das 24 horas do dia 08/01/2023 às 24 horas do dia 09/01/2024

Nº	B.P.	PLACA	FABRIC. / MODELO	DESCRIÇÃO VEICULO	Combustível	CHASSI	Bônus Classe	Sinistro	FRANQUIA
1	620-2476	AAB3254	1990/1990	Caminhão Munck	Diesel	9BWZZC2ZLC020620	10	não	1.500,00
2	620-4798	AKC3088	2001/2002	S 10, 1.8 S	Diesel	9BG124AC02C404001	10	não	1.500,00
3	620-5927	AOD3928	2006/2006	Micro ônibus AGRAL Mascarelo 27 passageiros	Diesel	9BYC22Y1S6C003854	10	não	2.500,00
4	620-6472	APS2704	2007/2008	Astra Sedan Advantage Flex	Flex	9BGTR69W08B218772	10	não	900,00
5	620-6216	APS2711	2007/2008	Astra Sedan Advantage Flex	Flex	9BGTR69W08B192518	10	não	900,00
6	620-8620	AQH9158	2008/2008	Doblô ELX 1.8 Flex	Flex	9BD11930581053983	10	não	900,00

7	620-6670	AQT4914	2008/2009	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Flex	9BFZF26P798327862	10	não	900,00
8	620-6678	AQW9684	2008/2008	Ônibus AGRAL - 44 passageiros	Diesel	9BYC51A1A8C000488	10	não	2.500,00
9	620-7329	ATD5841	2010/2010	Kangoo 1.6 16V Hi flex	Flex	8A1FC1Y15AL506652	10	não	1.500,00
10	620-7359	ATO2694	2010/2011	Sentra 2.0 16V Flex	Flex	3N1AB6AD0BL600402	10	não	900,00
11	620-7445	ATS3485	2011/2011	Caminhão cargo	Diesel	9BFVCAC92BBB74276	10	não	3.500,00
12	620-8521	AWM1146	2012/2013	Frontier XE 4x4	Diesel	94DVCUD4ODJ576296	9	não	2.400,00
13	620-8585	AWP4166	2012/2013	L200 triton 3.2	Diesel	93XJNKB8TDCC63016	9	não	2.400,00
14	620-????	AWQ6719	2012/2013	Frontier XE 4x4	Diesel	94DVCUD40DJ551128	7	não	2.400,00
15	620-8653	AWT3119	2013/2013	Pálio Adventure WK Flex	Flex	9BD373175D5028450	10	sim	900,00
16	620-8697	AWV1284	2013/2013	L200 triton 3.2	Diesel	93XJNKB8TDCC69545	10	não	2.400,00
17	620-8698	AWV1285	2013/2013	L200 triton 3.2	Diesel	93XJNKB8TDCC69541	10	não	2.400,00
18	620-8700	AWV1287	2013/2013	L200 triton 3.2	Diesel	93XJNKB8TDCC69536	10	não	2.400,00
19	620-8701	AWV1290	2013/2013	L200 triton 3.2	Diesel	93XJNKB8TDCC69525	10	não	2.400,00
20	620-8702	AWV1292	2013/2013	L200 triton 3.2	Diesel	93XJNKB8TDCC69529	9	não	2.400,00
21	620-8706	AWX5313	2013/2013	Focus 2L FC Flex	Flex	8AFTZZFFCDJ120336	10	não	900,00
22	620-8887	AXE6762	2013/2013	L200 triton 3.2	Diesel	93XJNKB8TDCC77408	10	sim	2.400,00
23	620-8883	AXE6763	2013/2013	L200 triton 3.2	Diesel	93XJNKB8TDCC77391	10	não	2.400,00
24	620-8886	AXE6765	2013/2013	L200 triton 3.2	Diesel	93XJNKB8TDCC77302	10	não	2.400,00
25	620-8884	AXE6766	2013/2013	L200 triton 3.2	Diesel	93XJNKB8TDCC77479	9	não	2.400,00
26	620-8902	AXJ6709	2013/2014	Pálio Adventure WK Flex	Flex	9BD373175E5040227	9	não	1.500,00
27	620-8903	AXJ6710	2013/2014	Pálio Adventure WK Flex	Flex	9BD373175E5040133	9	não	1.500,00
28	620-8904	AXJ6736	2013/2014	Pálio Adventure WK Flex	Flex	9BD373175E5040320	5	não	1.500,00
29	620-8906	AXK0567	2013/2014	Focus 2L FC Flex	Flex	8AFTZZFFCDJ135103	9	não	1.500,00
30	620-8907	AXK0568	2013/2014	Focus 2L FC Flex	Flex	8AFTZZFFCDJ133165	7	não	1.500,00
31	620-9877	AZH9734	2014/2015	Hilux CD 4X4 STD	Diesel	8AJFY22G4F8019426	8	não	2.400,00
32	620-9876	AZH9737	2014/2015	Hilux CS 4X4	Diesel	8AJDY22G3F7007183	8	não	2.400,00
33	620-9875	AZH9739	2014/2015	Hilux CS 4X4	Diesel	8AJDY22G1F7007201	4	não	2.400,00
34	620-9951	AZI6545	2015/2015	L200 triton GL D	Diesel	93XLNKB8TFCF07842	8	não	2.400,00
35	620-9943	AZI7566	2015/2015	Weekend Adventure Flex	Flex	9BD37417SF5074441	8	não	1.500,00
36	620-0231	AZN8354	2015/2015	Fluence DYN 2.0 A Flex	Flex	8A1LZLH0TFL738594	6	não	1.500,00
37	621-0519	BDA7I27	2018/2019	L200 Triton Sport GL	Diesel	93XLJKL1TKCJ15743	4	não	2.400,00
38	910-3456	JFF5857	1982/1982	Caminhão M.Benz L2013	Diesel	34540812599975	10	não	2.500,00
39	620-9955	PVM7082	2014/2015	Montana LS Flex	Flex	9BGCA80X0FB180734	7	não	1.500,00

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 028/2023 – Embrapa
ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa

Ref.: Pregão Eletrônico nº ____/____ – Embrapa

Em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico N.º ____/____ – Embrapa, apresentamos nossa proposta para Contratação do serviço de seguro facultativo para frota de veículos (Anexo II) pertencentes as unidades da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Florestas, em todo o território nacional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, conforme abaixo especificado:

Nº	especificação resumida	Bônus Classe	sinistro	casco	passageiros	RCF - danos materiais	RCF - danos pessoais	APP - Morte	APP - Invalidez	Limite Franquia	Prêmio Estimado
1	VW, Caminhão Munck, placa AAB3254	10	não	100%	2	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	1.500,00	
2	GM, S 10, 1.8 S, placa AKC3088	10	não	100%	2	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	1.500,00	
3	AGRALE, Micro ônibus AGRAL Mascarelo 27 passageiros, placa AOD3928	10	não	100%	27	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.500,00	
4	GM, Astra Sedan Advantage Flex, placa APS2704	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	900,00	
5	GM, Astra Sedan Advantage Flex, placa APS2711	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	900,00	
6	FIAT, Doblo ELX 1.8 Flex, placa AQH9158	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	900,00	
7	FORD, Fiesta Sedan 1.6 Flex, placa AQT4914	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	900,00	
8	AGRALE, Ônibus AGRAL - 44 passageiros, placa AQW9684	10	não	100%	44	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.500,00	
9	RENAULT, Kangoo 1.6 16V Hi flex, placa ATD5841	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	1.500,00	
10	NISSAN, Sentra 2.0 16V Flex, placa ATO2694	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	900,00	
11	FORD, Caminhão cargo, placa ATS3485	10	não	100%	2	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	3.500,00	
12	NISSAN, Frontier XE 4x4, placa AWM1146	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
13	MMC, L200 triton 3.2 , placa AWP4166	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
14	NISSAN, Frontier XE 4x4, placa AWQ6719	8	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
15	FIAT, Pálio Adventure WK Flex, placa AWT3119	9	sim	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	900,00	
16	MMC, L200 triton 3.2 , placa AWV1284	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
17	MMC, L200 triton 3.2 , placa AWV1285	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
18	MMC, L200 triton 3.2 , placa AWV1287	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
19	MMC, L200 triton 3.2, placa AWV1290	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
20	MMC, L200 triton 3.2, placa AWV1292	8	sim	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
21	FORD, Focus 2L FC Flex, placa AWX5313	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	900,00	
22	MMC, L200 triton 3.2, placa AXE6762	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
23	MMC, L200 triton 3.2, placa AXE6763	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
24	MMC, L200 triton 3.2, placa AXE6765	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
25	MMC, L200 triton 3.2, placa AXE6766	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
26	FIAT, Pálio Adventure WK Flex, placa AXJ6709	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	1.500,00	
27	FIAT, Pálio Adventure WK Flex, placa AXJ6710	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	1.500,00	
28	FIAT, Pálio Adventure WK Flex, placa AXJ6736	6	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	1.500,00	
29	FORD, Focus 2L FC Flex, placa AXK0567	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	1.500,00	
30	FORD, Focus 2L FC Flex,	8	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	1.500,00	

	placa AXK0568										
31	TOYOTA, Hilux CD 4X4 STD, placa AZH9734	9	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
32	TOYOTA, Hilux CS 4X4, placa AZH9737	9	não	100%	2	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
33	TOYOTA, Hilux CS 4X4, placa AZH9739	5	não	100%	2	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
34	MMC, L200 triton GL D, placa AZI6545	9	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
35	FIAT, Weekend Adventure Flex, placa AZI7566	9	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	1.500,00	
36	RENAULT, Fluence DYN 2.0 A Flex, placa AZN8354	7	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	1.500,00	
37	MMC, L200 Triton Sport GL, placa BDA7127	5	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
38	Mbenz, Caminhão M.Benz L2013, placa JFF5857	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.500,00	
39	GM, Montana LS Flex, placa PVM7082	8	não	100%	2	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	1.500,00	

a) Preço total da proposta R\$ _____ (POR EXTENSO);

b) Prazo de validade da proposta: dias (no mínimo 60 dias);

c) Estão inclusos no preço todos os custos e despesas, tais como, e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, lucro, todos os encargos e obrigações decorrentes de direitos e licenças de fabricação, patentes e marcas registradas, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto Contrato, isentando a Embrapa de quaisquer custos adicionais;

d) Declaramos ciência e aceitação das condições do Edital do Pregão Eletrônico nº ____/____ – Embrapa, e seus Anexos;

e) Dados da Empresa:

Razão Social: CNPJ:

Insc. Estadual: Insc. Municipal:

Endereço: E-mail: Telefone:

f) Dados Bancários:

Banco: Agência: Conta Corrente:

g) Garantia:

_____, ____ de _____ de _____

(Local e data)

Diretor ou representante legal - Identidade

Nome Legível/Carimbo da Empresa

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 028/2023 – Embrapa ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO SOBRE IMPEDIMENTOS DA LEI Nº 13.303/2016

Declaramos, sob as penalidades da lei, que a empresa _____, da qual somos representantes credenciados, não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.

_____, ____ de _____ de _____
(Local e data)

Assinatura do representante legal da Empresa

ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

Embrapa Cód. _____

CONTRATO Nº ____/____
EMBRAPA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
SEGURO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
TERRESTRES QUE ENTRE SI CELEBRAM A
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA
AGROPECUÁRIA - Embrapa E A
_____.

A EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – Embrapa, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), criada por força da Lei nº 5.851, de 07.12.72, Estatuto aprovado por Assembleia Geral, consoante parágrafo único do artigo 72 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, por intermédio de sua Unidade: _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.348.003/_____, sediada em (Cidade/Estado) _____, endereço: _____, neste ato representada por seu _____, Sra./Sr. _____, ID nº _____, C.P.F nº _____, conforme ato de delegação _____, publicado no BCA nº _____/_____, em conjunto com _____, Sra./Sr. _____, ID nº _____, C.P.F nº _____, conforme ato de delegação _____, publicado no BCA nº _____/_____, doravante designada simplesmente **Embrapa**, e, de outro lado, a sociedade empresária _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____/_____, sediada em (Cidade/Estado) _____, endereço: _____, neste ato representada por (cargo) _____, (nome) _____, inscrita no CPF sob o nº _____, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, resolveram celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES TERRESTRES**, que se regerá pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e pelo Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa, doravante denominado "Regulamento", e pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento consiste na Contratação do serviço de seguro facultativo para frota de veículos pertencentes a Embrapa Florestas, em todo o território nacional, conforme condições, quantidades, exigências, especificações e listagem discriminativa constante deste Contrato e Anexos do Edital de Licitação.
- 1.2. O presente Contrato constitui parte integrante da Apólice de Seguro a ser emitida pela Contratada no prazo estipulado na Cláusula Quarta.
- 1.3. Os veículos segurados circulam dentro e fora do Estado do Paraná.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

- 2.1. Este Contrato se vincula para todos os fins de direito ao Edital do Pregão Eletrônico nº ____/____ – Embrapa seus anexos, realizado em ____/____/____, assim como à proposta apresentada pela Contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA COBERTURA DO RISCO E DA VIGÊNCIA

- 3.1. A cobertura dos riscos terá início a **zero hora** de ____/____/____.
- 3.2. O presente contrato terá sua vigência de 12 (doze) meses, com início em ____/____/2023, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos até 60 (sessenta) meses, nos termos da Lei nº 13.303/2016;
- 3.3. A apólice de seguro deverá retratar, fielmente, todas as cláusulas da proposta e dela farão parte integrante os termos e condições deste Contrato e no Termo de Referência do edital, devendo sua vigência se encontrar dentro da vigência contratual, constante desta mesma cláusula Terceira.
- 3.4. As importâncias seguradas deverão ser atualizadas, caso a caso, na forma da legislação vigente.
- 3.5. A **apólice de seguro terá vigência de 12 (doze) meses**, podendo, nos termos da lei e durante a vigência contratual, ser renovada sucessivas vezes pelo mesmo prazo inicial, desde que devidamente justificado e mediante autorização da Embrapa, conforme disposto na Cláusula Nona.

CLÁUSULA QUARTA – DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

4.1. Seguro Total Veicular e Adicionais

- 4.1.1. Seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pela Embrapa, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:
 - 4.1.1.1. Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros.
 - 4.1.1.2. Colisão com veículos, pessoas ou animais, abaloamento e capotamento.
 - 4.1.1.3. Raios e suas consequências.
 - 4.1.1.4. Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.
 - 4.1.1.5. Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo.
 - 4.1.1.6. Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado.
 - 4.1.1.7. Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo.
 - 4.1.1.8. Em casos de que trata o item acima, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica perda de bônus para o segurado.
 - 4.1.1.9. Granizo.
 - 4.1.1.10. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.
 - 4.1.1.11. Responsabilidade Civil Facultativa – RCF (danos materiais e pessoais);
 - 4.1.1.12. Acidente Pessoal por Passageiro – (resultado morte ou invalidez);
 - 4.1.1.13. Cobertura de Vidros: danos causados aos vidros laterais, para-brisas dianteiro e traseiro, retrovisores, faróis e lanternas;
 - 4.1.1.14. Cobertura adicional de assistência 24 horas (ilimitada) ao veículo e aos passageiros, com os seguintes serviços mínimos: Reboque do veículo por pane ou sinistro, quilometragem ilimitada para qualquer evento e sem limite de acionamento, Socorro mecânico no local (carga de bateria, troca de pneus e etc.), Transporte para recuperação de veículo, Chaveiro, Hospedagem, Translado de corpos e formalidades legais, Transporte dos passageiros do veículo, Falta de combustível.

4.2. Valor de Mercado Referenciado e as Importâncias Seguradas

- 4.2.1. Quando da indenização integral, o valor pago deverá ser tomado como base em 100% (cem por cento) do valor divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIEPE. Em caso de extinção ou interrupção da publicação da tabela FIPE, a tabela substituída será da MOLICAR, no mesmo percentual. Se o veículo não constar em ambas tabelas de referência, o valor da indenização será o mencionado na coluna "casco" do Anexo II do Termo de Referência, quando informado ou valor de mercado, devidamente comprovado.
- 4.2.2. Tratando-se de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 (noventa) dias a contar data de seu recebimento pela Embrapa, independentemente da quilometragem rodada no período.
- 4.2.3. Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.
- 4.2.4. A importância segurada para Responsabilidade Civil Facultativa -RCF (danos materiais), por veículo, será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
- 4.2.5. A importância segurada para Responsabilidade Civil Facultativa -RCF (danos pessoais), por veículo, será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
- 4.2.6. A importância segurada para Acidente Pessoal de Passageiro – APP (por morte), será de R\$ 24.000,00 (vinte quatro mil reais) por pessoa.
- 4.2.7. A importância segurada para Acidente Pessoal de Passageiro – APP (por invalidez) será de R\$ 24.000,00 (vinte quatro mil reais) por pessoa.

4.3. Franquia

- 4.3.1. A franquia considerada é a obrigatória, devendo ser observados os itens a seguir:
 - 4.3.1.1. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).
 - 4.3.1.2. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.
 - 4.3.1.3. Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas frontais, retrovisores, faróis e lanternas não deverá exceder o limite máximo de R\$200,00 (duzentos reais), não sendo cumulativas com a franquia de que trata o item 3.3.1 destas especificações.
 - 4.3.1.4. A franquia de que trata o item anterior será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.
 - 4.3.1.5. Havendo sinistro com a necessidade específica de substituição de vidros laterais e traseiros, troca de lente de retrovisores e reparo em trincas de para-brisas, a CONTRATADA não cobrará franquia para esses serviços.
 - 4.3.1.6. Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pela Embrapa, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo.
 - 4.3.1.7. Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, não devendo exceder o limite máximo estipulado no Anexo II, devendo, para isso, serem consideradas as informações e detalhes constante no Anexo II, podendo ser ofertada, de acordo com análise por veículos e seus devidos bônus, franquias de valores menores.
 - 4.3.1.8. Caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

4.4. Apólice

4.4.1. A emissão deverá resultar em uma apólice, classificando os veículos da frota por placa.

4.4.2. Deverá constar na apólice:

- a) Identificação da Unidade e a descrição dos seus veículos com suas devidas especificações (marca/modelo, ano/modelo, placa, chassis, região).
- b) Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação.
- c) Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. No caso 100%.
- d) Prêmios discriminados por cobertura e o valor total do prêmio conforme proposta.
- e) Bônus, quando houver, observando a classe mínima estipulada no Anexo III.

4.4.3. Limites de indenização por cobertura, conforme item 4.2.

4.4.4. Franquia aplicável, observando o valor mínimo estipulado no Anexo III.

4.4.5. As apólices e os cartões de seguro deverão ser emitidas e disponibilizadas à Embrapa, em meios eletrônicos, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir da assinatura do contrato, devendo serem enviados ao empregado e/ou Unidade designados para o recebimento provisório do objeto.

4.4.6. As inconformidades observadas na apólice de seguro deverão ser corrigidas pela Contratada, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados da data de solicitação da Embrapa.

4.4.7. O fato de a seguradora deixar de disponibilizar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos, bem como a aplicação das penas previstas em Lei pelo referido atraso.

4.5. Indenização

4.5.1. Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da seguradora.

4.5.2. Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da seguradora.

4.5.3. Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pela Embrapa e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

4.5.4. A Indenização Integral será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantidade 75% (setenta e cinco por cento) do valor referenciado.

4.5.5. Em caso de indenização integral a seguradora não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.

4.5.6. Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do veículo e da sociedade seguradora.

4.6. Salvados

4.6.1. Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

4.6.2. É de inteira responsabilidade da seguradora contratada, providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da Contratada junto aos órgãos pertinentes.

4.7. Bônus

4.7.1. A licitante vencedora deverá observar os bônus mínimo estabelecidos no Anexo III, para efeito de elaboração da proposta.

4.7.2. As bonificações apresentadas no Anexo III foram acrescidas de um bônus a mais.

4.7.3. O bônus já se encontra no valor máximo – 10 –, deverá ser mantido.

4.8. Acionamento de Sinistro

4.8.1. Para o aviso de sinistro deverá colocar à disposição central de comunicação gratuita, 24 (vinte e quatro) horas por dia durante 7 (sete) dias da semana.

4.8.2. Havendo a necessidade de reboque, a Contratada deverá atender em um prazo máximo de 3 (três) horas, após o aviso de sinistro.

4.8.3. Ocorrendo sinistro, a seguradora deverá autorizar o reparo no veículo segurado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a comunicação do sinistro.

4.8.4. Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, a Embrapa poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.

4.8.5. Não será fixado prazo para comunicação de sinistro, podendo ser realizado a critério da Embrapa.

4.8.6. Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.

4.8.7. Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da Embrapa, não cabendo, pela Contratada, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

4.8.8. O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro.

4.8.9. Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a seguradora ficará sujeita a multa diária correspondente a 2% (dois por cento) do valor da indenização além das penalidades previstas em lei.

4.9. Endosso

4.9.1. Quaisquer alterações na apólice de seguro, como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, poderão ser requeridas pela Embrapa e processadas pela seguradora, mediante endosso.

4.9.2. A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias, a contar de pedido expresso pela respectiva unidade fiscalizadora do contrato.

4.9.3. Poderá ser solicitada, a correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, chassis e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice.

4.9.4. Os veículos que não fazem parte desta contratação, poderão ao longo da vigência da apólice, serem inseridos obedecendo às normas de inclusão por endosso.

4.9.5. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo (s), durante o período da vigência da apólice, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação.

4.9.6. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

4.9.7. Caberá ao gestor designado, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a Contratada obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor.

4.9.8. Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a Contratada deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Embrapa, mediante a aplicação da fórmula:

$$X \div 12 = Y \text{ e } Y \times Z = VT \text{ onde:}$$

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término da apólice;

VT = Valor total a ser devolvido à Embrapa.

3.9.9. O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pela Embrapa à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

4.9.10. Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 (quinze) dias.

4.9.11. A devolução de valores deverá ser realizada mediante pagamento de Guia de Recolhimento à União - GRU, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da emissão do documento de endosso, devendo a Contratada enviar Embrapa o comprovante correspondente.

4.9.12. A inclusão e exclusão por endosso deverá ser realizada por meio de Termo Aditivo.

4.10. Avaria

- 4.10.1. Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, isto não será impeditivo para contratação, sendo, porém, estas avarias excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de perda parcial.
- 4.10.2. Após procedimento de recuperação do veículo, durante a vigência do seguro, este deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da 'Cláusula de Avaria'.
- 4.10.3. Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.
- 4.10.4. Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia será desconsiderada qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.

4.11. Questionário de Avaliação de Risco

- 4.11.1. Os veículos são conduzidos por motoristas empregados da Embrapa.
- 4.11.2. Na Embrapa os veículos permanecem recolhidos em estacionamento fechado e privativo.
- 4.11.3. Não há previsão de quilometragem a ser percorrida pelos veículos da frota da Embrapa, objeto desta contratação, durante o período da vigência do seguro.
- 4.11.4. Diante das informações fornecidas nos itens acima e, devido às características peculiares do serviço de seguro de frota de veículos, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das obrigações pertinentes a esse objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA EMBRAPA

- 5.1. Prestar à Contratada todas as informações solicitadas e necessárias para a execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso de funcionários da Contratada às dependências da Embrapa.
- 5.2. Rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento executado em desacordo com o Instrumento de Contrato.
- 5.3. Designar empregados para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.
- 5.4. Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando a Contratada às ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela, fixando prazo para sua correção.
- 5.5. Notificar e aplicar sanções ao contratado, nos termos previsto no Contrato.
- 5.6. Promover o pagamento nas condições e prazo estipulados.
- 5.7. Fornecer atestados de capacidade técnica, desde que atendidas as obrigações contratuais.
- 5.8. Comunicar à Contratada a ocorrência de sinistro.
- 5.9. Proteger o veículo sinistrado, de modo a evitar o agravamento dos danos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Dar integral cumprimento a sua proposta, a qual passa a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.
- 6.2. Indenizar os prejuízos resultantes de riscos cobertos pelas garantias ajustadas para pessoas e veículos, em no máximo 30 (trinta) dias consecutivos, contados da entrega de toda a documentação exigida pela Contratada.
- 6.3. Garantir que a recuperação dos sinistrados poderá, a critério da Embrapa, ocorrer em uma concessionária autorizada pelo fabricante, inclusive para veículos de terceiros envolvidos.
- 6.4. Garantir a cobertura prevista do seguro automotivo no caso de atraso ou não fornecimento da apólice.
- 6.5. Emitir apólice de seguro de acordo com as coberturas contratadas, e contendo todos os dados dos veículos (marca/modelo, ano/modelo, placa, chassis, região).
- 6.6. Garantir a seguridade dos veículos, a partir do início da vigência do contrato.
- 6.7. Cumprir as normas e regulamentos estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, para as regras e critérios de funcionamento e de operação dos contratos de seguro de automóveis.
- 6.8. Manter durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 6.9. Prestar, sempre que consultado, todos os esclarecimentos solicitados pela Embrapa relacionados à execução do contrato e ao objeto contratado.
- 6.10. Atender às demandas da Embrapa na exata medida de suas necessidades, garantindo a entrega do(s) produto(s) solicitado(s).
- 6.11. Nomear preposto, para, durante o período de vigência da apólice, representá-la na execução do contrato, devendo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento do Contrato, informar dados completos de seu representante.
- 6.12. Executar o objeto como disposto neste termo contrato, sendo expressamente vedada a interveniência de corretor de seguros, conforme determina dispositivo do decisum do Acórdão n. 600/2015 – Plenário deste Tribunal de Contas da União.
- 6.13. Cumprir os prazos previstos neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ACEITAÇÃO E DO PAGAMENTO

- 7.1. O recebimento e a aceitação deste objeto proceder-se-ão na forma seguinte:
- 7.1.1. Provisoriamente, no ato da entrega da apólice de seguro, para efeito de posterior verificação da conformidade do referido termo com as especificações previstas no termo de referência e na proposta de preço.
- 7.1.2. Definitivamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório ou do atendimento de todas as eventuais solicitações da Embrapa.
- 7.2. A Embrapa reserva-se o direito de rejeitar integralmente a apólice ou parte dos itens do referido termo que não atendam as especificações técnicas do objeto licitado, os quais deverão ser corrigidos, complementados ou substituídos pela contratada, sem ônus adicionais, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da notificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 7.3. A Embrapa realizará o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento definitivo da apólice.
- 7.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da Contratada.
- 7.5. A Contratada deverá apresentar documento de faturamento, para fins de pagamento, junto com a entrega definitiva da apólice, com preenchimento por parte de pessoa habilitada para tal.
- 7.6. Qualquer erro ou omissão ocorrido na Nota Fiscal/Fatura será motivo de correção, por parte da Contratada, gerando a suspensão do prazo de pagamento que passará a ser contado a partir da respectiva regularização da situação.
- 7.7. O pagamento a ser efetuado está sujeito, no que couber, às retenções de tributos, nos termos da legislação tributária e com base nas informações prestadas pela Contratada. Em casos de dispensa ou benefício fiscal que implique em redução ou eliminação da retenção de tributos, a Contratada fornecerá todos os documentos comprobatórios.
- 7.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Embrapa, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração ocorrerá desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento. Nesse caso, os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês ou de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$I = (TX/100)^{365}$

$EM = I \times N \times VP$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e aquela do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

- 7.9. A falta de pagamento, devidamente justificada pela Embrapa, não ensejará no término da cobertura dos veículos da frota.
- 7.10. A Embrapa não acatará a negociação de duplicatas com bancos ou outras instituições financeiras.
- 7.11. Caso não haja expediente na Embrapa no dia do vencimento da Nota Fiscal/fatura, fica o pagamento prorrogado para o 1º dia útil subsequente.
- 7.12. Dados para Faturamento:

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Florestas

CNPJ: 00.348.003/0089-52
Inscrição Estadual: 10.301.089-61
Endereço: Estrada da Ribeira, Km 111
Colombo, PR - CEP 83411-000

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados na proposta orçamentária do Orçamento Geral da União, consta na proposta orçamentária da Embrapa para o exercício de 2024, ser alocado no código Grupo de Despesa 33.90.39-69, centro de custo UG 135028, fonte de recursos XXXXXXXX tendo sido emitido o Nota de Empenho nº _____.

8.2 As despesas para os anos subsequentes, se for o caso, serão consignadas pela Embrapa na proposta orçamentária do exercício correspondente, por meio de apostilamento, na forma do art. 81, § 7º da Lei 13.303/2016.

CLÁUSULA NONA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

9.1. O valor global do presente Contrato, considerando os custos dos seguros, impostos, inclusive o IOF, dos veículos discriminados nos Anexos do Edital e na tabela abaixo, é de R\$ _____).

9.2. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis durante o exercício.

9.3. Os valores dos PRÊMIOS de cada veículo segurado que compõe o valor deste Contrato estão descritos na tabela abaixo:

Nº	especificação resumida	Bônus Classe	sinistro	casco	passageiros	RCF - danos materiais	RCF - danos pessoais	APP - Morte	APP - Invalidez	Limite Franquia	Prêmio Estimado
1	VW, Caminhão Munck, placa AAB3254	10	não	100%	2	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	1.500,00	
2	GM, S 10, 1.8 S, placa AKC3088	10	não	100%	2	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	1.500,00	
3	AGRALE, Micro ônibus AGRALE Mascarelo 27 passageiros, placa AOD3928	10	não	100%	27	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.500,00	
4	GM, Astra Sedan Advantage Flex, placa APS2704	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	900,00	
5	GM, Astra Sedan Advantage Flex, placa APS2711	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	900,00	
6	FIAT, Doblô ELX 1.8 Flex, placa AQH9158	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	900,00	
7	FORD, Fiesta Sedan 1.6 Flex, placa AQT4914	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	900,00	
8	AGRALE, Ônibus AGRALE - 44 passageiros, placa AQW9684	10	não	100%	44	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.500,00	
9	RENAULT, Kangoo 1.6 16V Hi flex, placa ATD5841	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	1.500,00	
10	NISSAN, Sentra 2.0 16V Flex, placa ATO2694	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	900,00	
11	FORD, Caminhão cargo, placa ATS3485	10	não	100%	2	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	3.500,00	
12	NISSAN, Frontier XE 4x4, placa AWM1146	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
13	MMC, L200 triton 3.2 , placa AWP4166	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
14	NISSAN, Frontier XE 4x4, placa AWQ6719	8	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
15	FIAT, Pálio Adventure WK Flex, placa AWT3119	9	sim	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	900,00	
16	MMC, L200 triton 3.2 , placa AWW1284	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
17	MMC, L200 triton 3.2 , placa AWW1285	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
18	MMC, L200 triton 3.2 , placa AWW1287	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
19	MMC, L200 triton 3.2, placa AWW1290	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
20	MMC, L200 triton 3.2, placa AWW1292	8	sim	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
21	FORD, Focus 2L FC Flex, placa AWX5313	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	900,00	
22	MMC, L200 triton 3.2, placa AXE6762	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
23	MMC, L200 triton 3.2,	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	

	placa AXE6763										
24	MMC, L200 triton 3.2, placa AXE6765	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
25	MMC, L200 triton 3.2, placa AXE6766	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
26	FIAT, Pálio Adventure WK Flex, placa AXJ6709	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	1.500,00	
27	FIAT, Pálio Adventure WK Flex, placa AXJ6710	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	1.500,00	
28	FIAT, Pálio Adventure WK Flex, placa AXJ6736	6	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	1.500,00	
29	FORD, Focus 2L FC Flex, placa AXK0567	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	1.500,00	
30	FORD, Focus 2L FC Flex, placa AXK0568	8	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	1.500,00	
31	TOYOTA, Hilux CD 4X4 STD, placa AZH9734	9	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
32	TOYOTA, Hilux CS 4X4, placa AZH9737	9	não	100%	2	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
33	TOYOTA, Hilux CS 4X4, placa AZH9739	5	não	100%	2	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
34	MMC, L200 triton GL D, placa AZI6545	9	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
35	FIAT, Weekend Adventure Flex, placa AZI7566	9	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	1.500,00	
36	RENAULT, Fluence DYN 2.0 A Flex, placa AZN8354	7	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	1.500,00	
37	MMC, L200 Triton Sport GL, placa BDA7I27	5	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
38	Mbenz, Caminhão M.Benz L2013, placa JFF5857	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.500,00	
39	GM, Montana LS Flex, placa PVM7082	8	não	100%	2	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	1.500,00	

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RENOVAÇÃO DA APÓLICE

10.1. A **apólice de seguro terá vigência de 12 (doze) meses**, podendo, nos termos da lei e durante a vigência contratual, ser renovada sucessivas vezes pelo mesmo prazo inicial, desde que devidamente justificado e mediante autorização da Embrapa.

10.2. Na hipótese de renovação da apólice, a CONTRATADA deverá oferecer desconto e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP - do Ministério da Fazenda e da proposta apresentada pela CONTRATADA.

10.3. A instrução do processo de renovação da apólice deverá contemplar:

- proposta da Contratada para renovação da apólice, com sua manifestação expressa informando o interesse na prorrogação;
- manifestação, justificativa e aprovação, por escrito, do Gestor Técnico do Contrato, quanto à regularidade da prestação dos serviços contratados;
- pesquisa de mercado nos termos da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021, IV, art. 5 - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, visando a escolha da proposta mais vantajosa para a Embrapa;
- comprovação de que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação;
- autorização, por escrito, da autoridade superior, ratificando o interesse da Administração na renovação da apólice.

10.4. A vantagem econômica para a eventual renovação da apólice de seguro celebrada, observando a natureza continuada do serviço contratado e desde que mantida as condições inicialmente acordadas, está assegurada, podendo, a critério da Administração, mediante a realização de pesquisa de preços no mercado nos termos da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021, tendo em vista o que se segue:

- o objeto foi contratado mediante processo licitatório aberto à participação ampla;
- o processo para renovação é menos oneroso e moroso do que realizar um novo processo licitatório, atendendo, assim, ao princípio da economicidade ao reduzir o número de licitações e os custos operacionais durante o exercício financeiro, bem como ao princípio da celeridade, ao otimizar e agilizar a nossa contratação;
- o processo para renovação de apólice garante a continuidade do objeto contratado, permitindo que a frota de veículos não fique descoberta de seguro, o que diminui, ou mitiga, eventuais riscos ao patrimônio da Embrapa e às pessoas envolvidas;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

11.1. O descumprimento, por parte da Contratada, das obrigações contratuais assumidas, ou a infringência dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

I - Advertência, por escrito, sempre que forem constatadas falhas de pouca gravidade;

II - Pelo atraso na entrega do objeto (produtos e/ou serviços) em relação ao prazo estipulado, sujeitar-se-á a Contratada ao pagamento de multa de mora calculada à razão de 1% (um por cento) ao dia (dia corrido), sobre o valor da entrega fora do prazo previsto, até o limite de 30%, o que levará à rescisão deste Contrato;

III - Pela não entrega do objeto (produtos e/ou serviços), caracterizada por atraso igual ou superior a 30 (trinta) dias sem que haja manifestação aceita pela Embrapa ou por qualquer outra infração que leve à rescisão contratual sujeitar-se-á a Contratada, além da multa de mora apurada, ao pagamento de multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total deste Contrato;

IV - Por descumprimento de outras obrigações constantes no contrato ou reincidência de penalidade de advertência, a Contratada estará sujeita ao pagamento de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

11.2. Sem prejuízo das multas e demais penalidades cabíveis, a depender da gravidade da conduta punível, a Contratada poderá ser punida com sanção de impedimento de licitar e contratar com a União e será descredenciada no Sicaf, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, prevista no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.3. A penalidade de suspensão do direito de licitar e de contratar com a União também poderá ser aplicada às sociedades ou profissionais que:

- tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

- III. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Embrapa em virtude de atos ilícitos praticados.
- 11.4. As multas acima estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 50% (cinquenta por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.
- 11.5. As sanções de natureza pecuniária serão executadas observando-se a seguinte prioridade:
- I - Recolhidas à Conta Única da União, por meio de G.R.U, espontaneamente;
- II - Executadas das garantias prestadas, se houver;
- III - Compensadas com créditos que, eventualmente, a Contratada tenha a receber;
- IV - Formas de cobrança previstas em Lei.
- 11.6. A Embrapa poderá combinar os métodos de liquidação das penalidades pecuniárias, visando a integralidade dos valores devidos e poderá reter créditos suficientes para o pagamento de eventuais multas e penalidades pecuniárias, até que seja concluído o processo de aplicação de penalidades.
- 11.7. As penalidades previstas não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados.
- 11.8. As partes concordam e reconhecem a legitimidade do processo de aplicação penalidade, cujo rito será o seguinte:
- 11.8.1. Constatado pelo responsável, a ocorrência de qualquer desvio das regras contratuais ou do descumprimento de qualquer obrigação constante de lei, regulamento ou qualquer ato normativo, este providenciará o registro da ocorrência, nos autos do processo de fiscalização contratual e expedirá advertência, por escrito, que deverá ser entregue ao preposto da Contratada ou seus representantes, para que corrija a irregularidade no prazo de 24 horas;
- 11.8.2. O responsável pela fiscalização contratual avaliará, sendo o desvio corrigido no prazo estabelecido ou não, se o fato é compatível com os eventos passíveis de aplicação de outras penalidades.
- 11.8.3. Sendo o caso passível de aplicação das penas de multa ou impedimento de licitar e contratar com a União, o responsável pelo contrato deverá instaurar processo de aplicação de penalidades e notificará a Contratada, sobre este evento, por meio de intimação que poderá ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.
- 11.9. A intimação deverá conter:
- I - identificação do intimado e nome do órgão ou entidade administrativa;
- II - finalidade da intimação;
- III - indicação dos fatos e fundamentos legais e/ou contratuais descumpridos.
- IV - as penas às quais estará sujeito ao final do processo;
- V - O prazo de 10 dias úteis para apresentar sua Defesa Prévia, nos termos do §2º do artigo 83 da Lei nº 13.303/2016, momento em que lhe será facultado apresentar documentos, bem como produzir provas;
- VI - Orientações para que a Contratada se habilite no SEI para acesso ao processo, o prazo no qual deverá estar habilitada e a informação que, ao final, a Embrapa, para todos os efeitos, considerará que a Contratada encontra-se com vista franqueada do processo.
- V - informação da continuidade do processo independentemente do seu comparecimento;
- 11.10. Decorrido o prazo para a apresentação da Defesa Prévia, a autoridade competente decidirá, de forma fundamentada, considerando a natureza e gravidade das infrações, a culpabilidade da Contratada, segundo os fatos e as circunstâncias do evento e das justificativas apresentados na defesa.
- 11.11. Além dos fundamentos, a Decisão conterá:
- I - A penalidade aplicada, conforme estabelecido no contrato;
- II - A forma de execução da pena e de recolhimento dos valores de multa, se for o caso;
- III - O prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação, para apresentação de Recurso;
- IV- A informação de que a não apresentação de Recurso em relação à penalidade aplicada, ensejará a aplicação de pena de forma imediata;
- 11.12. Proferida Decisão, a Contratada será notificada, sobre este evento, por meio de intimação, que poderá ser efetuada por ciência no processo aberto no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.
- 11.13. A notificação sobre a Decisão poderá ser dispensada, caso a Contratada acesse seus termos no processo de aplicação de penalidades, no ambiente SEI, estando este evento devidamente registrado.
- 11.14. Poderá a Contratada, quando da interposição do recurso, juntar os documentos que julgar convenientes.
- 11.15. O recurso apresentado deverá ser dirigido à autoridade competente, autor da Decisão recorrida, que poderá revê-la ou mantê-la.
- 11.16. Após seu pronunciamento, a autoridade competente encaminhará, de ofício, à autoridade superior os termos de sua Decisão, para que a confirme ou altere seus termos.
- 11.17. O recurso não será conhecido quando interposto fora do prazo ou por quem não seja legitimado.
- 11.18. O não conhecimento do recurso não impede a Embrapa de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.
- 11.19. Após a confirmação ou nova decisão por parte da autoridade superior, o Contratado deverá ser notificado de seus termos, por meio de intimação, que poderá ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.
- 11.20. Após esta Decisão final a penalidade aplicada deverá ser executada e registrada no SICAF.
- 11.21. Os prazos começam a correr a partir da data da intimação (por edital) ou da data da ciência, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.
- 11.22. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia não útil.
- 11.23. Qualquer outro recurso, pedido de reconsideração ou revisão, não suspenderá os efeitos das penalidades aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

- 12.1. A rescisão do contrato dar-se-á:
- a) de forma unilateral, quando a proposta da Contratada para renovação da apólice não se mostrar vantajosa para a Administração;
 - b) de forma unilateral, conforme as demais hipóteses previstas no instrumento contratual, assegurada a prévia defesa;
 - c) por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Embrapa e para a Contratada;
 - d) por determinação judicial;
 - e) inobservância da vedação ao nepotismo;
 - f) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
 - g) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - h) o descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
 - i) prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação da Embrapa, direta ou indiretamente.
- 12.2. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a Contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de Embrapa adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA MATRIZ DE RISCO

13.1. A Embrapa e a Contratada, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual, mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos (Tabela 1):

Tabela 1

Categoria do Risco	Descrição	Consequência	Medidas Mitigadoras	Alocação do Risco
--------------------	-----------	--------------	---------------------	-------------------

Risco atinentes ao Tempo de Execução	Atraso na execução do objeto contratual por culpa da Contratada.	Aumento do custo do produto e/ou serviço.	Diligência a cargo da Contratada em promover a execução contratual.	Contratada
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade ou da execução.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratada
	Fatos supervenientes retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na sua álea ordinária, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pela Embrapa, que comprovadamente repercute no preço do Contrato.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Revisão do preço mediante termo aditivo.	Embrapa
Risco da atividade empresarial	Alteração de enquadramento tributário em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro da Contratada na avaliação da hipótese de incidência tributária.	Aumento ou diminuição do lucro da Contratada.	Planejamento tributário.	Contratada
	Elevação dos custos operacionais para execução dos serviços, tais como aumento de preço de insumos, prestadores de serviço, mão de obra.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Reajuste e/ou Repactuação anual de preço por apostilamento ou termo aditivo caso coincidam com a prorrogação.	Embrapa
	Variação dos custos de insumos quando superior ao índice de reajuste previsto no Contrato.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratada
Riscos Trabalhistas e Previdenciários	Responsabilização da Embrapa por verbas trabalhistas e previdenciárias dos empregados da Contratada alocados na execução do objeto contratual.	Geração de custos trabalhistas e/ou previdenciários para Embrapa, além de eventuais honorários advocatícios, multas e verbas sucumbenciais.	Ressarcimento pela Contratada ou retenção de pagamento e compensação com valores a ela devidos, da quantia despendida pela Embrapa.	Contratada
Riscos Tributários e Fiscal	Responsabilização da Embrapa por recolhimento indevido em valor menor ou maior ou ainda por ausência de recolhimento, quando devido, sem que haja culpa da Embrapa.	Débito ou crédito tributário ou fiscal.	Ressarcimento pela Contratada ou retenção de pagamento e compensação com valores a ela devidos da quantia despendida pela Embrapa.	Contratada

13.2. É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos que sejam de responsabilidade da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1. A Embrapa nomeará gestores/fiscais titulares e substitutos para realizar o recebimento dos serviços, bem como executar a fiscalização do contrato. As ocorrências e as deficiências serão registradas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

14.2. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne à execução do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CONDUTA ÉTICA DAS PARTES

15.1. A CONTRATADA e a Embrapa comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta por preceitos éticos e, em especial, por sua responsabilidade socioambiental.

15.2. Em atendimento ao disposto no caput desta Cláusula, a CONTRATADA obriga-se, inclusive:

I. não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, seja pecuniária ou de outra natureza, consistente em fraude, ato de corrupção ou qualquer outra violação de dever legal, relacionada com este Contrato, bem como a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;

II. impedir o favorecimento ou a participação de empregado ou dirigente da Embrapa na execução do objeto do presente Contrato;

III. providenciar para que não sejam alocados, na execução dos serviços, familiares de dirigente ou de empregado da Embrapa, considerando-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau;

IV. observar a Política para Transações com Partes Relacionadas e o Código de Ética da Embrapa vigentes ao tempo da contratação, assegurando-se de que seus representantes, administradores e todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios neles constantes; e

V. adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.

15.3. Verificada uma das situações mencionadas nos incisos II e III do subitem 16.2 desta Cláusula, compete à CONTRATADA afastar imediatamente da execução do Contrato os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimentos aludidos, além de comunicar tal fato à Embrapa, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA CONFIDENCIALIDADE

16.1. A Contratada não poderá fazer uso do nome Embrapa, da marca Embrapa, da expressão "a serviço da Embrapa" ou expressões similares, em especial em propagandas, em seu Website, uniformes, veículos, ferramentas e equipamentos, de propriedade ou não da Contratada, salvo quando prévia e expressamente autorizada, por escrito, pela Embrapa.

16.2. Qualquer informação obtida pela Contratada, de informação, produto, processo, da Embrapa, confidencial ou não, em razão da prestação do serviço, deverá ser mantida em sigilo.

16.3. A Contratada deverá garantir que seus empregados mantenham sigilo das informações obtidas em razão da prestação de serviços.

16.4. A divulgação de qualquer informação ou utilização da marca Embrapa, pela Contratada, seus empregados, prepostos ou terceirizados, de forma indevida, gerará a multa compensatória equivalente ao valor global deste Contrato, na forma do artigo 412 do Código Civil, sem prejuízo de perdas e danos, eventualmente apurados e das demais penalidades previstas neste instrumento.

16.5. O valor da multa estabelecida será devido em relação à cada informação divulgada.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO ACESSO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. As partes comprometem-se, sempre que aplicável, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável ("Dados Pessoais") e às determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), o Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, e demais leis e regulamentos aplicáveis.

17.2. As partes reconhecem que as operações realizadas com os dados pessoais identificados neste instrumento contratual serão devidamente tratadas de acordo com o disposto na base legal especificada no inciso V do artigo 7º da Lei nº 13.709, de 2018, vinculando-se especificamente à execução das atividades deste instrumento jurídico.

17.3. Nos termos da Lei nº 13.709/2018, os dados pessoais relativos às pessoas físicas identificadas neste Contrato serão devidamente tratados de acordo com a referida legislação pelos Contratantes, inclusive no que tange ao acesso a esses dados pelos seus empregados, colaboradores entre outros, sendo os mesmos utilizados para as finalidades específicas de identificação dos representantes legais das partes e viabilização de relacionamento jurídico definido neste instrumento contratual.

17.4. Para fins do disposto na Lei nº 12.527/2011, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) e na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), o(s) representante(s) da Contratada e Embrapa concorda(m) com o compartilhamento (art. 26 da LGPD) e a veiculação dos seguintes dados pessoais por meio da publicação do inteiro teor e extrato deste Contrato no Boletim de Publicação Eletrônica da Embrapa e Diário Oficial da União: nome completo e número de CPF.

17.5. Nos termos da Lei 13.709/2018 deverão ser mantidas e utilizadas, pelas partes, medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

17.6. O Operador deverá notificar o Controlador, no prazo determinado pela Autoridade Nacional, da ciência, de qualquer não cumprimento das disposições legais ou contratuais, ou violação, relacionadas aos Dados Pessoais vinculados a este instrumento jurídico.

17.7. Em nenhuma hipótese uma Parte será responsabilizada pelo Tratamento de Dados Pessoais realizado pela outra parte, não havendo solidariedade entre as partes.

I. impedir o favorecimento ou a participação de empregado ou dirigente da Embrapa na execução do objeto do presente Contrato;

II. providenciar para que não sejam alocados, na execução dos serviços, familiares de dirigente ou de empregado da Embrapa, considerando-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau;

III. observar a Política para Transações com Partes Relacionadas e o Código de Ética da Embrapa vigentes ao tempo da contratação, assegurando-se de que seus representantes, administradores e todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios neles constantes; e

IV. adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.

17.8. Verificada uma das situações mencionadas nos incisos I e II do item anterior, compete à Contratada afastar imediatamente da execução do Contrato os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimentos aludidos, além de comunicar tal fato à Embrapa, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

19.1. O presente Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nas hipóteses disciplinadas no art. 81 da Lei nº 13.303/2016, entre outras legal ou contratualmente previstas, observando-se que:

I. as alterações devem preservar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato; e

II. é vedada a modificação contratual que desnature o objeto da contratação ou afete as condições essenciais previstas no Termo de Referência (Anexo I deste Contrato).

19.2. todas as alterações contratuais deverão ser formalizadas por processo administrativo formal, no qual estarão contidas todas as justificativas técnicas e documentação comprobatória da necessidade de alteração do ajuste.

19.3. As alterações deste Contrato deverão ser formalizadas por Termo Aditivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CESSÃO DE CONTRATO OU DE CRÉDITO, SUCESSÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

20.1. É vedada a cessão deste Contrato, total ou parcialmente, ou de qualquer crédito dele decorrente, bem como a emissão, por parte da CONTRATADA, de qualquer título de crédito em razão deste instrumento.

20.2. É admitida a sucessão contratual nas hipóteses em que a CONTRATADA realizar as operações societárias de fusão, cisão ou incorporação, condicionada aos seguintes requisitos:

I. aquiescência prévia da Embrapa, que analisará eventuais riscos ou prejuízos decorrentes de tal alteração contratual; e

II. manutenção de todas as condições contratuais e requisitos de habilitação originais.

20.3. Caso ocorra a sucessão contratual admitida no Parágrafo anterior, o sucessor assumirá integralmente a posição do sucedido, passando a ser responsável pela execução do presente Contrato, fazendo jus, por conseguinte, ao recebimento dos créditos dele decorrentes.

20.4. É vedada a subcontratação para a execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO NEPOTISMO

21.1. É vedada a prestação dos serviços ora contratados por familiar de empregado da Embrapa que exerça cargo em comissão ou função de confiança de qualquer natureza.

21.1.1. Entende-se por familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA

22.1. Independentemente de justo motivo, a Embrapa poderá dar por findo o presente contrato, sem que lhe caiba qualquer sanção, desde que o faça mediante aviso prévio por escrito de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA

23.1. As Partes, inclusive suas testemunhas, reconhecem a forma de contratação por meios eletrônicos e digitais como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação não emitidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO PREPOSTO

24.1. A CONTRATADA deverá nomear preposto, durante o período de vigência da apólice, para representá-la na execução do Contrato, devendo, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento do Contrato, informar dados completos do referido preposto à área de Gestão de Contratos da Embrapa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

25.1. O extrato deste instrumento será levado à publicação no Diário Oficial da União, pela Embrapa, na forma do § 2º do artigo 51 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1. Este Contrato representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

26.2. Integram o presente Contrato:

Anexo I - Termo de Referência e Matriz de Risco

Anexo II - Tabela da Frota da Embrapa

Anexo III - Proposta de Preço

Anexo IV - Declaração

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DO FORO

27.1. Para dirimir questões judiciais relacionadas a execução do presente ajuste fica fixada a competência da Justiça Federal, Subseção Judiciária de Curitiba, conforme Subseção 9.8.12.5.3 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

27.2. E por assim estarem de pleno acordo, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo nomeadas e subscritas.

Colombo, data da assinatura digital.

pela Embrapa

pela Embrapa

Pela Contratada

TESTEMUNHAS:



Documento assinado eletronicamente por **Rejane Stumpf Sberze, Chefe-Adjunto**, em 21/11/2023, às 13:41, conforme art. 6º, parágrafo 1º do Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sede.embrapa.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **9705225** e o código CRC **4F54B6AD**.



Embrapa Florestas

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

A	OBJETO Contratação do serviço de seguro facultativo para frota de veículos (Anexo II) pertencentes a Embrapa Florestas, em todo o território nacional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
B	META FÍSICA Contratação de seguro para a frota da Embrapa Florestas. Frota: 39 (trinta e nove) veículos. Obs.: A relação da frota a ser considerada nesta contratação se encontra no Anexo II - Tabela da Frota da Embrapa.
C	DATA DE INÍCIO DA COBERTURA A cobertura de que trata o objeto deste Pregão terá sua vigência de acordo com o estabelecido no Item 7 (VIGÊNCIA E VANTAJOSIDADE) descrito no Item 7 deste Termo de Referência. A apólice de seguro terá vigência de 12 (doze) meses, podendo, nos termos da lei e durante a vigência contratual, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de sessenta meses, nos termos do caput do art. 71 da Lei nº13.303/2016.
D	VALOR MÁXIMO PARA A CONTRATAÇÃO Optou-se em realizar a estimativa da demanda utilizando por base a referência dos prêmios pagos por cada veículo na última contratação de serviços de seguro realizadas em 2022, Anexo II, visto que os preços estão atuais, para uma posterior análise mais aprofundada pelo Setor de Patrimônio e Suprimentos - SPS, que possui ampla competência e expertise quanto ao tema.
E	VISTORIA PRÉVIA DOS VEÍCULOS A vistoria será facultativa, conforme regras estabelecidas neste Termo de Referência.
F	HABILITAÇÃO Conforme estabelecido no Regulamento de Licitações e Contratos da Embrapa, Lei 13.303, Lei 10.520/2002 e demais legislações pertinentes. Conforme item 4 estabelecido no Edital de Licitação, em especial, aos itens 4.11.11 e 4.11.12.
G	ADJUDICAÇÃO DO OBJETO O objeto será adjudicado globalmente à licitante vencedora.
H	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Natureza de Despesa: 339039-69
I	UNIDADE FISCALIZADORA: A frota dos veículos da Embrapa fica a cargo do SMV – Setor de Máquinas e Veículos.
J	VIGÊNCIA DO CONTRATO O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado a cada 12 meses até o limite de 60 meses, na forma da Lei nº 13.303/2016.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação do serviço de SEGURO TOTAL, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, e assistência 24 horas (reboque tipo prancha, assistência mecânica, chaveiro e vidraceiro), para a frota de veículos (Anexo II) pertencente a Embrapa Florestas, em todo o território nacional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. O objeto tem natureza de serviço comum, nos termos do inciso IV, art. 31, da Lei nº13.303/2016, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por este Termo de Referência, por meio de especificações usuais do mercado.
- 1.3. O serviço a ser contratado foi identificado no CATSER sob código 2276-4 - COBERTURAS SEGURO VEÍCULO.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A contratação de seguro justifica-se pela circulação da frota de veículos oficiais em locais de trânsito, propensos a sinistros e consequentes indenizações por danos pessoais e materiais. Ademais, visa atender as recomendações na norma nº 037.04.07.02.5.002 de Utilização de Veículos da Embrapa que determina a adoção de seguro facultativo a fim de zelar pelo patrimônio público, garantindo a recomposição do erário pela ocorrência de eventual sinistro que gere dano ou perda nos veículos.
- 2.2. A contratação relacionados no Anexo deste Termo de Referência tem por objetivo garantir, até o limite máximo de indenização contratado para cada cobertura, o recebimento de indenização em consequência direta da ocorrência dos riscos cobertos e expressamente convencionados nas coberturas e cláusulas contratadas expressas na apólice de seguro, respeitadas as regras estabelecidas nas condições gerais do seguro, bem como proporcionar tranquilidade aos condutores quanto à cobertura de prejuízo causado aos veículos oficiais ou de terceiro envolvido em sinistro causado por condutor da Embrapa.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. Seguro Total Veicular e Adicionais

- 3.1.1. O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pela Contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:
 - 3.1.1.1. Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros.
 - 3.1.1.2. Colisão com veículos, pessoas ou animais, abaloamento e capotamento.
 - 3.1.1.3. Raios e suas consequências.
 - 3.1.1.4. Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.
 - 3.1.1.5. Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo.
 - 3.1.1.6. Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado.
 - 3.1.1.7. Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo.
 - 3.1.1.8. Em casos de que trata o item acima, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica perda de bônus para o segurado.
 - 3.1.1.9. Granizo.

- 3.1.1.10. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.
- 3.1.1.11. Responsabilidade Civil Facultativa – RCF (danos materiais e pessoais):
- 3.1.1.12. Acidente Pessoal por Passageiro – (resultado morte ou invalidez);
- 3.1.1.13. Cobertura de Vidros: danos causados aos vidros laterais, para-brisas dianteiro e traseiro, retrovisores, faróis e lanternas;
- 3.1.1.14. Cobertura adicional de assistência 24 horas (ilimitada) ao veículo e aos passageiros, com os seguintes serviços mínimos: Reboque do veículo por pane ou sinistro, quilometragem ilimitada para qualquer evento e sem limite de acionamento, Socorro mecânico no local (carga de bateria, troca de pneus e etc.), Transporte para recuperação de veículo, Chaveiro, Hospedagem, Translado de corpos e formalidades legais, Transporte dos passageiros do veículo, Falta de combustível.
- 3.2. Valor de Mercado Referenciado e as Importâncias Seguradas
- 3.2.1. Quando da indenização integral, o valor pago deverá ser tomado como base em 100% (cem por cento) do valor divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE. Em caso de extinção ou interrupção da publicação da tabela FIPE, a tabela substituta será da MOLICAR, no mesmo percentual. Se o veículo não constar em ambas tabelas de referência, o valor da indenização será o mencionado na coluna "casco" do Anexo II do Termo de Referência, quando informado ou valor de mercado, devidamente comprovado.
- 3.2.2. Tratando-se de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 (noventa) dias a contar data de seu recebimento pela Embrapa, independentemente da quilometragem rodada no período.
- 3.2.3. Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.
- 3.2.4. A importância segurada para Responsabilidade Civil Facultativa - RCF (danos materiais), por veículo, será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
- 3.2.5. A importância segurada para Responsabilidade Civil Facultativa - RCF (danos pessoais), por veículo, será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
- 3.2.6. A importância segurada para Acidente Pessoal de Passageiro – APP (por morte), será de R\$ 24.000,00 (vinte quatro mil reais) por pessoa.
- 3.2.7. A importância segurada para Acidente Pessoal de Passageiro – APP (por invalidez) será de R\$ 24.000,00 (vinte quatro mil reais) por pessoa.
- 3.3. Franquia
- 3.3.1. A franquia considerada é a obrigatória, devendo ser observados os itens a seguir:
- 3.3.1.1. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).
- 3.3.1.2. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.
- 3.3.1.3. Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas frontais, retrovisores, faróis e lanternas não deverá exceder o limite máximo de R\$200,00 (duzentos reais), não sendo cumulativas com a franquia de que trata o item 3.3.1 destas especificações.
- 3.3.1.4. A franquia de que trata o item anterior será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.
- 3.3.1.5. Havendo sinistro com a necessidade específica de substituição de vidros laterais e traseiros, troca de lente de retrovisores e reparo em trincas de para-brisas, a CONTRATADA não cobrará franquia para esses serviços.
- 3.3.1.6. Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pela Embrapa, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo.
- 3.3.1.7. Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, não devendo exceder o limite máximo estipulado no Anexo II, devendo, para isso, serem consideradas as informações e detalhes constante no Anexo II, podendo ser ofertada, de acordo com análise por veículos e seus devidos bônus, franquias de valores menores.
- 3.3.1.8. Caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.
- 3.4. Apólice
- 3.4.1. A emissão deverá resultar em uma apólice, classificando os veículos das frota por placa.
- 3.4.2. Deverá constar na apólice:
- Identificação da Unidade e a descrição dos seus veículos com suas devidas especificações (marca/modelo, ano/modelo, placa, chassi, região).
 - Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação.
 - Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. No caso 100%.
 - Prêmios discriminados por cobertura e o valor total do prêmio conforme proposta.
 - Bônus, quando houver, observando a classe mínima estipulada no Anexo III.
- 3.4.3. Limites de indenização por cobertura, conforme item 3.2.
- 3.4.4. Franquia aplicável, observando o valor mínimo estipulado no Anexo III.
- 3.4.5. As apólices e os cartões de seguro deverão ser emitidas e disponibilizadas ao Contratante, em meios eletrônicos, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir da assinatura do contrato, devendo serem enviados ao empregado e/ou Unidade designados para o recebimento provisório do objeto.
- 3.4.6. As inconformidades observadas na apólice de seguro deverão ser corrigidas pela Contratada, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados da data de solicitação do Contratante.
- 3.4.7. O fato de a seguradora deixar de disponibilizar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos, bem como a aplicação das penas previstas em Lei pelo referido atraso.
- 3.5. Indenização
- 3.5.1. Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da seguradora.
- 3.5.2. Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da seguradora.
- 3.5.3. Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pela Embrapa e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.
- 3.5.4. A Indenização Integral será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantidade 75% (setenta e cinco por cento) do valor referenciado.
- 3.5.5. Em caso de indenização integral a seguradora não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.
- 3.5.6. Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do veículo e da sociedade seguradora.
- 3.6. Salvados
- 3.6.1. Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.
- 3.6.2. É de inteira responsabilidade da seguradora contratada, providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da Contratada junto aos órgãos pertinentes.
- 3.7. Bônus
- 3.7.1. A licitante vencedora deverá observar os bônus mínimo estabelecidos no Anexo III, para efeito de elaboração da proposta.
- 3.7.2. As bonificações apresentadas no Anexo III foram acrescidas de um bônus a mais.
- 3.7.3. O bônus já se encontra no valor máximo – 10 –, deverá ser mantido.
- 3.8. Acionamento de Sinistro

3.8.1. Para o aviso de sinistro deverá colocar à disposição central de comunicação gratuita, 24 (vinte e quatro) horas por dia durante 7 (sete) dias da semana.

3.8.2. Havendo a necessidade de reboque, a Contratada deverá atender em um prazo máximo de 3 (três) horas, após o aviso de sinistro.

3.8.3. Ocorrendo sinistro, a seguradora deverá autorizar o reparo no veículo segurado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a comunicação do sinistro.

3.8.4. Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, a Embrapa poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.

3.8.5. Não será fixado prazo para comunicação de sinistro, podendo ser realizado a critério da Embrapa.

3.8.6. Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.

3.8.7. Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da Embrapa, não cabendo, pela Contratada, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

3.8.8. O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro.

3.8.9. Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a seguradora ficará sujeita a multa diária correspondente a 2% (dois por cento) do valor da indenização além das penalidades previstas em lei.

3.9. Endosso

3.9.1. Quaisquer alterações na apólice de seguro, como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, poderão ser requeridas pela Embrapa e processadas pela seguradora, mediante endosso.

3.9.2. A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias, a contar de pedido expresso pela respectiva unidade fiscalizadora do contrato.

3.9.3. Poderá ser solicitada, a correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice.

3.9.4. Os veículos que não fazem parte desta contratação, poderão ao longo da vigência da apólice, serem inseridos obedecendo às normas de inclusão por endosso.

3.9.5. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência da apólice, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação.

3.9.6. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

3.9.7. Caberá ao gestor designado, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a Contratada obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor.

3.9.8. Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a Contratada deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Embrapa, mediante a aplicação da fórmula:

$X \div 12 = Y$ e $Y \times Z = VT$ onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término da apólice;

VT = Valor total a ser devolvido à Embrapa.

3.9.9. O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pela Embrapa à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

3.9.10. Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 (quinze) dias.

3.9.11. A devolução de valores deverá ser realizada mediante pagamento de Guia de Recolhimento à União - GRU, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da emissão do documento de endosso, devendo a Contratada enviar Embrapa o comprovante correspondente.

3.9.12. A inclusão e exclusão por endosso deverá ser realizada por meio de Termo Aditivo.

3.10. Vistoria Prévia

3.10.1. As licitantes interessadas em vistoriar os veículos a serem segurados poderão, mediante agendamento, comparecer à Embrapa Florestas, no horário das 09h às 16h.

3.10.2. A vistoria deverá ser marcada no prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas antes da sua realização e 48 (quarenta e oito) horas antes do horário estabelecido para a abertura do certame.

3.10.3. Caso a licitante interessada opte pela não realização da vistoria, ficará total automaticamente responsável pela proposta de preços apresentada, não lhe cabendo o direito de alegar desconhecimento do estado dos veículos ou pleitear qualquer alteração, na proposta de preços, bem como para outros quesitos, para que a futura contratada não questione qualquer irregularidade nos veículos, em caso de acionamento do seguro.

3.11. Avaria

3.11.1. Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, isto não será impeditivo para contratação, sendo, porém, estas avarias excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de perda parcial.

3.11.2. Após procedimento de recuperação do veículo, durante a vigência do seguro, este deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da 'Cláusula de Avaria'.

3.11.3. Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.

3.11.4. Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia será desconsiderada qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.

3.12. Questionário de Avaliação de Risco

3.12.1. Os veículos são conduzidos por motoristas empregados da Embrapa.

3.12.2. Na Embrapa os veículos permanecem recolhidos em estacionamento fechado e privativo.

3.12.3. Não há previsão de quilometragem a ser percorrida pelos veículos da frota da Embrapa, objeto desta contratação, durante o período da vigência do seguro.

3.12.4. Diante das informações fornecidas nos itens acima e, devido às características peculiares do serviço de seguro de frota de veículos, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das obrigações pertinentes a esse objeto.

4. FORMA DE CONTRATAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

4.1. Para a presente contratação, sugere-se a adoção do critério de adjudicação por preço global, primeiro porque não haverá prejuízo à ampla participação de licitantes, uma vez que há no mercado pelo menos três companhias seguradoras aptas a garantir a cobertura securitária dos veículos da frota. Segundo porque os licitantes poderão reduzir os valores individuais dos prêmios de seguros em face da vantagem de contratação do seguro para a totalidade de veículos. Com isso, o licitante vencedor terá a vantagem de obter ganho de escala com a contratação e a Embrapa, em contrapartida, deverá se beneficiar da redução do custo total de seguro da frota.

4.2. A classificação das propostas será realizada pelo critério de menor preço, sendo adjudicado ao licitante que apresentar o lance de menor preço global dos prêmios de seguros.

4.3. A empresa deverá, em sua proposta, detalhar o valor ofertado para cada veículo, conforme Modelo de Proposta de Preços - Anexo III deste termo de referência.

4.4. Não serão aceitas propostas com valores global e unitário superiores aos estimados ou com preços manifestamente inexequíveis.

5. JUSTIFICATIVA PARA NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1. A contratação do seguro de frota de veículos será realizada com a composição de 01 (um) conjunto de veículos dispostos em um item da licitação.

5.2. Tal estratégia visa facilitar a execução contratual, uma vez que, a possível contratação de várias de seguradoras, tornaria a gestão e fiscalização complexa, bem como poderia propiciar a perda da economia de escala.

6. CRITÉRIOS PARA HABILITAÇÃO TÉCNICA E JURÍDICA

- 6.1. As licitantes deverão apresentar Certidão da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), atestando a regularidade para operar no mercado segurador brasileiro no ramo de seguro de veículos automotores.
- 6.2. Comprovação de aptidão técnico-operacional para cobertura de seguro de frota, com características e prazos similares, por intermédio de atestado ou declaração em nome do licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- 6.3. Para a comprovação do disposto acima, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante presta o serviço de seguro de frota de veículos por período não inferior a 3 (três) anos, sendo admitidos atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os 3 (três) anos serem ininterruptos.
- 6.4. O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foram prestados os serviços.
- 6.5. É permitida a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos em nome de outra empresa da qual a licitante seja subsidiária integral e/ou de subsidiária integral pertencente à licitante, desde que pertencente à mesma atividade econômica.
- 6.6. Os atestados deverão conter nome, endereço, telefone de contato do atestador ou qualquer outro meio que permita à Embrapa manter contato com a sociedade atestante.
- 6.7. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinará o Edital.
- 6.8. A qualificação técnica possui a finalidade de aferir a aptidão técnica do licitante e conferir segurança à Administração Pública de que possui pleno conhecimento técnico para a execução do contrato, caso se consagre vencedor do certame. No caso concreto, a Contratante precisa aferir se o Contratado dispõe de conhecimentos, da experiência e do aparato operacional suficiente para satisfazer o contrato administrativo.

7. VIGÊNCIA E VANTAJOSIDADE

- 7.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir das 00:00 horas do dia 10/01/2024, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de sessenta meses, nos termos do caput do art. 71 da Lei nº13.303/2016.
- 7.2. No caso de prorrogação da vigência do contrato, a contratada deverá considerar uma classe de bônus superior à classe em vigor, de acordo com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, observadas as condições gerais do seguro contratado e/ou conceder desconto ao prêmio vigente.
- 7.3. Havendo interesse pela prorrogação, a Contratada deverá se manifestar e apresentar uma proposta no prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos antes do término da vigência da apólice.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Dar integral cumprimento a sua proposta, a qual passa a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.
- 8.2. Indenizar os prejuízos resultantes de riscos cobertos pelas garantias ajustadas para pessoas e veículos, em no máximo 30 (trinta) dias consecutivos, contados da entrega de toda a documentação exigida pela Contratada.
- 8.3. Garantir que a recuperação dos sinistrados poderá, a critério do Contratante, ocorrer em uma concessionária autorizada pelo fabricante, inclusive para veículos de terceiros envolvidos.
- 8.4. Garantir a cobertura prevista do seguro automotivo no caso de atraso ou não fornecimento da apólice.
- 8.5. Emitir apólice de seguro de acordo com as coberturas contratadas, e contendo todos os dados dos veículos (marca/modelo, ano/modelo, placa, chassi, região).
- 8.6. Garantir a seguridade dos veículos, a partir do início da vigência do contrato.
- 8.7. Cumprir as normas e regulamentos estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, para as regras e critérios de funcionamento e de operação dos contratos de seguro de automóveis.
- 8.8. Manter durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.9. Prestar, sempre que consultado, todos os esclarecimentos solicitados pela Embrapa relacionados à execução do contrato e ao objeto contratado.
- 8.10. Atender às demandas da Embrapa na exata medida de suas necessidades, garantindo a entrega do(s) produto(s) solicitado(s).
- 8.11. Nomear preposto, para, durante o período de vigência da apólice, representá-la na execução do contrato, devendo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da Contrato, informar dados completos de seu representante.
- 8.12. Executar o objeto como disposto neste termo contrato, sendo expressamente vedada a interveniência de corretor de seguros, conforme determina dispositivo do decisor do Acórdão n. 600/2015 – Plenário deste Tribunal de Contas da União.
- 8.13. Cumprir os prazos previstos neste instrumento.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Prestar à Contratada todas as informações solicitadas e necessárias para a execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso de funcionários da Contratada às dependências da Embrapa.
- 9.2. Rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento executado em desacordo com o Instrumento de Contrato.
- 9.3. Designar empregados para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.
- 9.4. Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando a Contratada às ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela, fixando prazo para sua correção.
- 9.5. Notificar e aplicar sanções ao contratado, nos termos previsto no Contrato.
- 9.6. Promover o pagamento nas condições e prazo estipulados.
- 9.7. Fornecer atestados de capacidade técnica, desde que atendidas as obrigações contratuais.
- 9.8. Comunicar à Contratada a ocorrência de sinistro.
- 9.9. Proteger o veículo sinistrado, de modo a evitar o agravamento dos danos.

10. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 10.1. O recebimento e a aceitação deste objeto proceder-se-ão na forma seguinte:
 - 10.1.1. Provisoriamente, no ato da entrega da apólice de seguro, para efeito de posterior verificação da conformidade do referido termo com as especificações previstas neste termo de referência e na proposta de preço.
 - 10.1.2. Definitivamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório ou do atendimento de todas as eventuais solicitações da Contratante.
- 10.2. A Contratante reserva-se o direito de rejeitar integralmente a apólice ou parte dos itens do referido termo que não atendam as especificações técnicas do objeto licitado, os quais deverão ser corrigidos, complementados ou substituídos pela contratada, sem ônus adicionais, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da notificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 10.3. A Embrapa realizará o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento definitivo da apólice.
- 10.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da Contratada.
- 10.5. A Contratada deverá apresentar documento de faturamento, para fins de pagamento, junto com a entrega definitiva da apólice, com preenchimento por parte de pessoa habilitada para tal.
- 10.6. Qualquer erro ou omissão ocorrido na Nota Fiscal/Fatura será motivo de correção, por parte da Contratada, gerando a suspensão do prazo de pagamento que passará a ser contado a partir da respectiva regularização da situação.

10.7. O pagamento a ser efetuado está sujeito, no que couber, às retenções de tributos, nos termos da legislação tributária e com base nas informações prestadas pela Contratada. Em casos de dispensa ou benefício fiscal que implique em redução ou eliminação da retenção de tributos, a Contratada fornecerá todos os documentos comprobatórios.

10.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Contratante, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração ocorrerá desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento. Nesse caso, os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês ou de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$I = (TX/100)/365$

$EM = I \times N \times VP$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e aquela do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

10.9. A falta de pagamento devidamente justificada pela Contratante, não ensejará no término da cobertura dos veículos da frota.

10.10. A Embrapa não acatará a negociação de duplicatas com bancos ou outras instituições financeiras.

10.11. Caso não haja expediente na Embrapa no dia do vencimento da Nota Fiscal/fatura, fica o pagamento prorrogado para o 1º dia útil subsequente.

10.12. Dados para Faturamento:

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Florestas

CNPJ: 00.348.003/0089-52

Inscrição Estadual: 10.301.089-61

Endereço: Estrada da Ribeira, Km 111

Colombo, PR - CEP 83411-000

11. ESTIMATIVA DE PREÇO DA CONTRATAÇÃO

11.1. O valor estimado da contratação é de R\$ 88.154,89 (Oitenta e oito mil e cento e cinquenta e quatro reais e oitenta e nove centavos);

12. REAJUSTE DE PREÇO

12.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis durante o exercício.

12.2. No caso de prorrogação, a Contratada deverá aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus e ofertar o desconto correspondente, nos termos do item 7.2.

13. DESPESA E CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados na proposta orçamentária do Orçamento Geral da União, consta na proposta orçamentária da Embrapa para o exercício de 2024, ser alocado no código Grupo de Despesa 33.90.39-69, centro de custo UG 135028, fonte de recursos 0100.

13.2. As despesas para os anos subsequentes, se for o caso, serão consignadas pela Embrapa na proposta orçamentária do exercício correspondente, por meio de apostilamento, na forma do art. 81, § 7º da Lei 13.303/2016.

14. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1. A Contratante nomeará gestores/fiscais titulares e substitutos para realizar o recebimento dos serviços, bem como executar a fiscalização do contrato. As ocorrências e as deficiências serão registradas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

14.2. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne à execução do objeto contratado.

15. MATRIZ DE RISCOS

15.1. A Embrapa e a Contratada, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual, mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos (Tabela 1):

Tabela 1

MATRIZ DE RISCOS

Categoria do Risco	Descrição	Consequência	Medidas Mitigadoras	Alocação do Risco
Risco atinentes ao Tempo de Execução	Atraso na execução do objeto contratual por culpa da Contratada.	Aumento do custo do produto e/ou serviço.	Diligência a cargo da Contratada em promover a execução contratual.	Contratada
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade ou da execução.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratada
	Fatos supervenientes retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na sua álea ordinária, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pela Embrapa, que comprovadamente repercuta no preço do Contrato.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Revisão do preço mediante termo aditivo.	Embrapa
Risco da atividade empresarial	Alteração de enquadramento tributário em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro da Contratada na avaliação da hipótese de incidência tributária.	Aumento ou diminuição do lucro da Contratada.	Planejamento tributário.	Contratada
	Elevação dos custos operacionais para execução dos serviços, tais como aumento de preço de insumos, prestadores de serviço, mão de obra.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Reajuste e/ou Repactuação anual de preço por apostilamento ou termo aditivo caso coincidam com a prorrogação.	Embrapa
	Variação dos custos de insumos quando superior ao índice de reajuste previsto no Contrato.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratada
Riscos Trabalhistas e Previdenciários	Responsabilização da Embrapa por verbas trabalhistas e previdenciárias dos empregados da Contratada alocados na execução do objeto contratual.	Geração de custos trabalhistas e/ou previdenciários para Embrapa, além de eventuais honorários advocatícios, multas e verbas sucumbenciais.	Ressarcimento pela Contratada ou retenção de pagamento e compensação com valores a ela devidos, da quantia despendida pela Embrapa.	Contratada

Riscos Tributários e Fiscal	Responsabilização da Embrapa por recolhimento indevido em valor menor ou maior ou ainda por ausência de recolhimento, quando devido, sem que haja culpa da Embrapa.	Débito ou crédito tributário ou fiscal.	Ressarcimento pela Contratada ou retenção de pagamento e compensação com valores a ela devidos da quantia despendida pela Embrapa.	Contratada
------------------------------------	---	---	--	------------

15.2. É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos que sejam de responsabilidade da Contratada.

16. RESCISÃO

16.1. A rescisão do contrato dar-se-á:

- a) de forma unilateral, quando a proposta da Contratada para renovação da apólice não se mostrar vantajosa para a Administração;
- b) de forma unilateral, conforme as demais hipóteses previstas no instrumento contratual, assegurada a prévia defesa;
- c) por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Embrapa e para a Contratada;
- d) por determinação judicial;
- e) inobservância da vedação ao nepotismo;
- f) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- g) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- h) o descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- i) prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação da Embrapa, direta ou indiretamente.

16.2. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a Contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de Embrapa adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O descumprimento, por parte da Contratada, das obrigações contratuais assumidas, ou a infringência dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

- I - Advertência, por escrito, sempre que forem constatadas falhas de pouca gravidade;
- II - Pelo atraso na entrega do objeto (produtos e/ou serviços) em relação ao prazo estipulado, sujeitar-se-á a Contratada ao pagamento de multa de mora calculada à razão de 1% (um por cento) ao dia (dia corrido), sobre o valor da entrega fora do prazo previsto, até o limite de 30%, o que levará à rescisão deste Contrato;
- III - Pela não entrega do objeto (produtos e/ou serviços), caracterizada por atraso igual ou superior a 30 (trinta) dias sem que haja manifestação aceita pela Contratante ou por qualquer outra infração que leve à rescisão contratual sujeitar-se-á a Contratada, além da multa de mora apurada, ao pagamento de multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total deste Contrato;
- IV - Por descumprimento de outras obrigações constantes no contrato ou reincidência de penalidade de advertência, a Contratada estará sujeita ao pagamento de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

17.2. Sem prejuízo das multas e demais penalidades cabíveis, a depender da gravidade da conduta punível, a Contratada poderá ser penalizada com sanção de suspensão do direito de licitar e de contratar com a Embrapa, de que trata o inciso III, art.83, da Lei n.º 13.303/16, por até 5 (cinco) anos.

17.3. A penalidade de suspensão do direito de licitar e de contratar com a Embrapa também poderá ser aplicada às sociedades ou profissionais que:

- I. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- III. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Embrapa em virtude de atos ilícitos praticados.

17.4. As multas acima estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 50%(cinquenta por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

17.5. As sanções de natureza pecuniária serão executadas observando-se a seguinte prioridade:

- I - Recolhidas à Conta Única da União, por meio de G.R.U, espontaneamente;
- II - Executadas das garantias prestadas, se houver;
- III - Compensadas com créditos que, eventualmente, a Contratada tenha a receber;
- IV - Formas de cobrança previstas em Lei.

17.6. A Contratante poderá combinar os métodos de liquidação das penalidades pecuniárias, visando a integralidade dos valores devidos e poderá reter créditos suficientes para o pagamento de eventuais multas e penalidades pecuniárias, até que seja concluído o processo de aplicação de penalidades.

17.7. As penalidades previstas não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados.

17.8. As partes concordam e reconhecem a legitimidade do processo de aplicação penalidade, cujo rito será o seguinte:

- 17.8.1. Constatado pelo responsável, a ocorrência de qualquer desvio das regras contratuais ou do descumprimento de qualquer obrigação constante de lei, regulamento ou qualquer ato normativo, este providenciará o registro da ocorrência, nos autos do processo de fiscalização contratual e expedirá advertência, por escrito, que deverá ser entregue ao preposto da Contratada ou seus representantes, para que corrija a irregularidade no prazo de 24 horas;
- 17.8.2. O responsável pela fiscalização contratual avaliará, sendo o desvio corrigido no prazo estabelecido ou não, se o fato é compatível com os eventos passíveis de aplicação de outras penalidades.
- 17.8.3. Sendo o caso passível de aplicação das penas de multa ou impedimento de licitar e contratar com a União, o responsável pelo contrato deverá instaurar processo de aplicação de penalidades e notificará a Contratada, sobre este evento, por meio de intimação que poderá ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

17.9. A intimação deverá conter:

- I - identificação do intimado e nome do órgão ou entidade administrativa;
- II - finalidade da intimação;
- III - indicação dos fatos e fundamentos legais e/ou contratuais descumpridos.
- IV - as penas às quais estará sujeito ao final do processo;
- V - O prazo de 10 dias úteis para apresentar sua Defesa Prévia, nos termos do §2º do artigo 83 da Lei nº13.303/2016, momento em que lhe será facultado apresentar documentos, bem como produzir provas;
- VI - Orientações para que a Contratada se habilite no SEI para acesso ao processo, o prazo no qual deverá estar habilitada e a informação que, ao final, a Embrapa, para todos os efeitos, considerará que a Contratada encontra-se com vista franqueada do processo.
- V - informação da continuidade do processo independentemente do seu comparecimento;

17.10. Decorrido o prazo para a apresentação da Defesa Prévia, a autoridade competente decidirá, de forma fundamentada, considerando a natureza e gravidade das infrações, a culpabilidade da Contratada, segundo os fatos e as circunstâncias do evento e das justificativas apresentados na defesa.

17.11. Além dos fundamentos, a Decisão conterá:

- I - A penalidade aplicada, conforme estabelecido no contrato;

II - A forma de execução da pena e de recolhimento dos valores de multa, se for o caso;

III - O prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da intimação, para apresentação de Recurso;

IV- A informação de que a não apresentação de Recurso em relação à penalidade aplicada, ensejará a aplicação de pena de multa imediata;

17.12. Proferida Decisão, a Contratada será notificada, sobre este evento, por meio de intimação, que poderá ser efetuada por ciência no processo aberto no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

17.13. A notificação sobre a Decisão poderá ser dispensada, caso a Contratada acesse seus termos no processo de aplicação de penalidades, no ambiente SEI, estando este evento devidamente registrado.

17.14. Poderá a Contratada, quando da interposição do recurso, juntar os documentos que julgar convenientes.

17.15. O recurso apresentado deverá ser dirigido à autoridade competente, autor da Decisão recorrida, que poderá revê-la ou mantê-la.

17.16. Após seu pronunciamento, a autoridade competente encaminhará, de ofício, à autoridade superior os termos de sua Decisão, para que a confirme ou altere seus termos.

17.17. O recurso não será conhecido quando interposto fora do prazo ou por quem não seja legitimado.

17.18. O não conhecimento do recurso não impede a Embrapa de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

17.19. Após a confirmação ou nova decisão por parte da autoridade superior, o Contratado deverá ser notificado de seus termos, por meio de intimação, que poderá ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

17.20. Após esta Decisão final a penalidade aplicada deverá ser executada e registrada no SICAF.

17.21. Os prazos começam a correr a partir da data da intimação (por edital) ou da data da ciência, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

17.22. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia não útil.

17.23. Qualquer outro recurso, pedido de reconsideração ou revisão, não suspenderá os efeitos das penalidades aplicadas.

18. CONFIDENCIALIDADE

18.1. A Contratada não poderá fazer uso do nome Embrapa, da marca Embrapa, da expressão "a serviço da Embrapa" ou expressões similares, em especial em propagandas, em seu Website, uniformes, veículos, ferramentas e equipamentos, de propriedade ou não da Contratada, salvo quando prévia e expressamente autorizada, por escrito, pela Embrapa.

18.2. Qualquer informação obtida pela Contratada, de informação, produto, processo, da Embrapa, confidencial ou não, em razão da prestação do serviço, deverá ser mantida em sigilo.

18.3. A Contratada deverá garantir que seus empregados mantenham sigilo das informações obtidas em razão da prestação de serviços.

18.4. A divulgação de qualquer informação ou utilização da marca Embrapa, pela Contratada, seus empregados, prepostos ou terceirizados, de forma indevida, gerará a multa compensatória equivalente ao valor global deste Contrato, na forma do artigo 412 do Código Civil, sem prejuízo de perdas e danos, eventualmente apurados e das demais penalidades previstas neste instrumento.

18.5. O valor da multa estabelecida será devido em relação à cada informação divulgada.

19. ACESSO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

19.1. As partes comprometem-se, sempre que aplicável, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável ("Dados Pessoais") e às determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), o Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, e demais leis e regulamentos aplicáveis.

19.2. As partes reconhecem que as operações realizadas com os dados pessoais identificados neste instrumento contratual serão devidamente tratadas de acordo com o disposto na base legal especificada no inciso V do artigo 7º da Lei nº 13.709, de 2018, vinculando-se especificamente à execução das atividades deste instrumento jurídico.

19.3. Nos termos da Lei nº 13.709/2018, os dados pessoais relativos às pessoas físicas identificadas neste Contrato serão devidamente tratados de acordo com a referida legislação pelos Contratantes, inclusive no que tange ao acesso a esses dados pelos seus empregados, colaboradores entre outros, sendo os mesmos utilizados para as finalidades específicas de identificação dos representantes legais das partes e viabilização de relacionamento jurídico definido neste instrumento contratual.

19.4. Para fins do disposto na Lei nº 12.527/2011, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) e na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), o(s) representante(s) da Contratada e Contratante concorda(m) com o compartilhamento (art. 26 da LGPD) e a veiculação dos seguintes dados pessoais por meio da publicação do inteiro teor e extrato deste Contrato no Boletim de Publicação Eletrônica da Embrapa e Diário Oficial da União: nome completo e número de CPF.

19.5. Nos termos da Lei 13.709/2018 deverão ser mantidas e utilizadas, pelas partes, medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

19.6. O Operador deverá notificar o Controlador, no prazo determinado pela Autoridade Nacional, da ciência, de qualquer não cumprimento das disposições legais ou contratuais, ou violação, relacionadas aos Dados Pessoais vinculados a este instrumento jurídico.

19.7. Em nenhuma hipótese uma Parte será responsabilizada pelo Tratamento de Dados Pessoais realizado pela outra parte, não havendo solidariedade entre as partes.

I. impedir o favorecimento ou a participação de empregado ou dirigente da Embrapa na execução do objeto do presente Contrato;

II. providenciar para que não sejam alocados, na execução dos serviços, familiares de dirigente ou de empregado da Embrapa, considerando-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau;

III. observar a Política para Transações com Partes Relacionadas e o Código de Ética da Embrapa vigentes ao tempo da contratação, assegurando-se de que seus representantes, administradores e todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios neles constantes; e

IV. adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.

19.8. Verificada uma das situações mencionadas nos incisos I e II do item anterior, compete à Contratada afastar imediatamente da execução do Contrato os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimentos aludidos, além de comunicar tal fato à Embrapa, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.

20. VEDAÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

20.1. Não será permitida a participação de Consórcios por entender que o objeto da licitação trata-se de bem comum cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, ou seja, o objeto não exige alta complexidade técnica e nem se enquadra em grande vulto podendo ser executado por uma única empresa. Conforme TCU:

"A admissão ou não de consórcio de empresas em licitações e contratações é competência discricionária do administrador, devendo este exercê-la sempre sob justificativa fundamentada. Não obstante, a participação de consórcio é recomendada sempre que o objeto seja considerado de alta complexidade ou vulto TCU – Resenha de Jurisprudência – elaborada pela Secretaria das Sessões)."

20.2. Não será permitida a participação de Cooperativas tendo em vista que o objeto licitado não se enquadra na atividade direta e específica para a qual a cooperativa foi constituída, principalmente se a execução do objeto contratual escapar à dimensão do objeto social da cooperativa ou caracterize atividade especulativa, sendo sua atuação irregular. Senão vejamos Acórdão nº 1815/2003-Plenário, Acórdão nº 307/2004-Plenário que culminaram com a publicação da Súmula nº 281, TCU:

"É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade."

20.3. Não será permitida a participação de Corretor de seguros, seja pessoa física ou jurídica, com fundamento no artigo 122 do Decreto-Lei n. 73/1966, no artigo 100 do Regulamento do Decreto-Lei 73/1966 e no Acórdão TCU 600/2015.

20.4. No presente caso trata-se de objeto, perfeitamente pertinentes e compatíveis para empresas atuantes no ramo licitado, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais, garantindo assim a competitividade e a efetiva economicidade no processo.

20.5. As vedações não apresentam risco a competitividade do certame.

21. DA CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA

21.1 As Partes, inclusive suas testemunhas, reconhecem como válida e plenamente eficaz a presente contratação por meios eletrônicos e digitais, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação não emitidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

22. DO CADASTRAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI) DA EMBRAPA

22.1. Para fins de assinatura do Contrato, ou instrumento equivalente, e envio de demais documentos referentes ao processo, o destinatário da contratação poderá, a pedido da Embrapa, cadastrar-se no Sistema Eletrônico de Informações – SEI Embrapa.

22.1.1. O cadastramento se dará por meio de acesso ao link ["Usuário externo – SEI"](https://sistemas.sede.embrapa.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0) na página oficial da Embrapa. https://sistemas.sede.embrapa.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0

22.1.2. Para efetivação do cadastro, o usuário externo, representante legal do destinatário da contratação, deverá:

22.1.2.1 Caso opte por assinar digitalmente por meio de Certificado Digital, enviar a Embrapa por e-mail (sge.sei@embrapa.br):

- a) Termo de aceitação das Condições de Uso no SEI da Embrapa assinado digitalmente por meio de certificado Digital;
- b) Cópia em PDF do RG com CPF, ou de outro documento de identificação oficial com foto no qual conste CPF;
- c) Cópia do comprovante de residência.

22.1.2.1.1. O uso de assinatura poderá ser com certificação digital padrão ICP-Brasil. Também são aceitos os Termos assinados com o assinador Gov.br, ferramenta gratuita disponível no link https://sso.acesso.gov.br/login?client_id=assinador.iti.br&authorization_id=17fbbf77d34

22.1.3. Caso não possua certificado digital deverá:

a) Enviar os documentos citados no item 22.1.2.1 via e-mail (sge.sei@embrapa.br)

b) Neste caso os originais deverão ser encaminhados por uma das opções abaixo:

b.1) **via Correios para:**

Sede da Embrapa - Protocolo Central
Parque Estação Biológica - PqEB s/nº.
Brasília, DF - Brasil - CEP 70770-901
Fone: (61) 3448-4000

b.1.1) Termo de Aceitação das Condições de Uso do SEI da Embrapa preenchido e assinado com assinatura idêntica ao documento apresentado, com reconhecimento de firma por autenticidade/veracidade em Cartório do original;

b.1.2) cópia do RG com CPF ou de outro documento de identificação oficial com foto no qual conste CPF e cópia comprovante de residência ambos autenticados em cartório, ou;

b.2) **entregue à Unidade da Embrapa** mais próxima da sua localidade

b.2.1) Termo de Aceitação das Condições de Uso do SEI da Embrapa preenchido e assinado com assinatura idêntica ao documento apresentado, para a autenticação administrativa por meio de cotejo com o documento original ou com reconhecimento de firma por autenticidade/veracidade em Cartório;

b.2.2) original e cópia do documento de identificação oficial com foto no qual conste o CPF para fins de autenticação administrativa;

b.2.3) original e cópia do comprovante de residência para fins de autenticação administrativa;

22.1.4. O uso do Sistema Eletrônico de Informações – SEI Embrapa possui norma própria, a Norma nº 037.001.002.002, publicada no Boletim de Comunicações Administrativas da Embrapa (BCA) nº 31, de 17/07/2017, cujos termos devem ser observados pelo destinatário da contratação quando da efetivação de seu cadastro no SEI Embrapa..

22.1.5. A Embrapa aceita somente Nota Fiscal Eletrônica modelo 55 conforme Protocolo ICMS 42/09 - CONFAZ de 03/07/2009. Em atendimento ao Ajuste SINIEF 07/05, cláusula 7, deverá PREVIAMENTE E OBRIGATORIAMENTE ser encaminhado ou disponibilizado download do arquivo (xml) da NF-e e seu respectivo Protocolo de Autorização de Uso para o e-mail tnfe-erp@embrapa.br

21.1.6. Para dirimir questões relativas ao contrato a ser celebrado a partir deste Termo, fica eleito o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal, Seção Judiciária de Curitiba/PR, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

23. GARANTIA CONTRATUAL

23.1. Não haverá exigência de garantia de execução contratual, tendo em vista que o objeto da contratação não se mostra complexo suficiente para a exigência de garantia, a licitação é de baixo valor e a instituição de garantia no presente caso oneraria e tornaria desinteressante a execução contratual, afastando assim potenciais interessados e diminuindo a competitividade no certame.

24. RESPONSÁVEL ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Simone J.Büchner Rauch - Setor de Infraestrutura e Logística

25. RESPONSÁVEL PELA CONFERÊNCIA DO TERMO DE REFERÊNCIA

Eleusis Borba Antunes - Setor de Infraestrutura e Logística

26. APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Erich Gomes Schaitza - Chefe Geral

27. ANEXOS

ANEXO II – FROTA DE VEÍCULOS

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA

ANEXO II – TABELA DA FROTA DA EMBRAPA FLORESTAS

SEGURADORA ATUAL: GENTE SEGURADORA S.A.

VIGÊNCIA DO SEGURO ATUAL: das 24 horas do dia 08/01/2023 às 24 horas do dia 09/01/2024

Nº	B.P.	PLACA	FABRIC. / MODELO	DESCRIÇÃO VEICULO	Combustível	CHASSI	Bônus Classe	Sinistro	FRANQUIA
1	620-2476	AAB3254	1990/1990	Caminhão Munck	Diesel	9BWZZC2ZLC020620	10	não	1.500,00
2	620-4798	AKC3088	2001/2002	S 10, 1.8 S	Diesel	9BG124AC02C404001	10	não	1.500,00

3	620-5927	AOD3928	2006/2006	Micro ônibus AGRAL Mascarelo 27 passageiros	Diesel	9BYC22Y1S6C003854	10	não	2.500,00
4	620-6472	APS2704	2007/2008	Astra Sedan Advantage Flex	Flex	9BGTR69W08B218772	10	não	900,00
5	620-6216	APS2711	2007/2008	Astra Sedan Advantage Flex	Flex	9BGTR69W08B192518	10	não	900,00
6	620-8620	AQH9158	2008/2008	Doblô ELX 1.8 Flex	Flex	9BD11930581053983	10	não	900,00
7	620-6670	AQT4914	2008/2009	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Flex	9BFZF26P798327862	10	não	900,00
8	620-6678	AQW9684	2008/2008	Ônibus AGRAL - 44 passageiros	Diesel	9BYC51A1A8C000488	10	não	2.500,00
9	620-7329	ATD5841	2010/2010	Kangoo 1.6 16V Hi flex	Flex	8A1FC1Y15AL506652	10	não	1.500,00
10	620-7359	ATO2694	2010/2011	Sentra 2.0 16V Flex	Flex	3N1AB6AD0BL600402	10	não	900,00
11	620-7445	ATS3485	2011/2011	Caminhão cargo	Diesel	9BFVCAC92BBB74276	10	não	3.500,00
12	620-8521	AWM1146	2012/2013	Frontier XE 4x4	Diesel	94DVCUD4ODJ576296	9	não	2.400,00
13	620-8585	AWP4166	2012/2013	L200 triton 3.2	Diesel	93XJNB8TDCC63016	9	não	2.400,00
14	620?????	AWQ6719	2012/2013	Frontier XE 4x4	Diesel	94DVCUD40DJ551128	7	não	2.400,00
15	620-8653	AWT3119	2013/2013	Pálio Adventure WK Flex	Flex	9BD373175D5028450	10	sim	900,00
16	620-8697	AWV1284	2013/2013	L200 triton 3.2	Diesel	93XJNB8TDCD69545	10	não	2.400,00
17	620-8698	AWV1285	2013/2013	L200 triton 3.2	Diesel	93XJNB8TDCD69541	10	não	2.400,00
18	620-8700	AWV1287	2013/2013	L200 triton 3.2	Diesel	93XJNB8TDCD69536	10	não	2.400,00
19	620-8701	AWV1290	2013/2013	L200 triton 3.2	Diesel	93XJNB8TDCD69525	10	não	2.400,00
20	620-8702	AWV1292	2013/2013	L200 triton 3.2	Diesel	93XJNB8TDCD69529	9	não	2.400,00
21	620-8706	AWX5313	2013/2013	Focus 2L FC Flex	Flex	8AFTZZFFCDj120336	10	não	900,00
22	620-8887	AXE6762	2013/2013	L200 triton 3.2	Diesel	93XJNB8TDCD77408	10	sim	2.400,00
23	620-8883	AXE6763	2013/2013	L200 triton 3.2	Diesel	93XJNB8TDCD77391	10	não	2.400,00
24	620-8886	AXE6765	2013/2013	L200 triton 3.2	Diesel	93XJNB8TDCD77302	10	não	2.400,00
25	620-8884	AXE6766	2013/2013	L200 triton 3.2	Diesel	93XJNB8TDCD77479	9	não	2.400,00
26	620-8902	AXJ6709	2013/2014	Pálio Adventure WK Flex	Flex	9BD373175E5040227	9	não	1.500,00
27	620-8903	AXJ6710	2013/2014	Pálio Adventure WK Flex	Flex	9BD373175E5040133	9	não	1.500,00
28	620-8904	AXJ6736	2013/2014	Pálio Adventure WK Flex	Flex	9BD373175E5040320	5	não	1.500,00
29	620-8906	AXK0567	2013/2014	Focus 2L FC Flex	Flex	8AFTZZFFCDJ135103	9	não	1.500,00
30	620-8907	AXK0568	2013/2014	Focus 2L FC Flex	Flex	8AFTZZFFCDJ133165	7	não	1.500,00
31	620-9877	AZH9734	2014/2015	Hilux CD 4X4 STD	Diesel	8AJFY22G4F8019426	8	não	2.400,00
32	620-9876	AZH9737	2014/2015	Hilux CS 4X4	Diesel	8AJDY22G3F7007183	8	não	2.400,00
33	620-9875	AZH9739	2014/2015	Hilux CS 4X4	Diesel	8AJDY22G1F7007201	4	não	2.400,00
34	620-9951	AZl6545	2015/2015	L200 triton GL D	Diesel	93XLNB8TFCF07842	8	não	2.400,00
35	620-9943	AZl7566	2015/2015	Weekend Adventure Flex	Flex	9BD37417SF5074441	8	não	1.500,00
36	620-0231	AZN8354	2015/2015	Fluence DYN 2.0 A Flex	Flex	8A1LZLH0TFL738594	6	não	1.500,00
37	621-0519	BDA7127	2018/2019	L200 Triton Sport GL	Diesel	93XLJKL1TKCJ15743	4	não	2.400,00
38	910-3456	JFF5857	1982/1982	Caminhão M.Benz L2013	Diesel	34540812599975	10	não	2.500,00
39	620-9955	PVM7082	2014/2015	Montana LS Flex	Flex	9BGCA80X0FB180734	7	não	1.500,00

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(Observação: Valor do bônus e RCF já atualizados para a nova contratação)

Nº	especificação resumida	Bônus Classe	sinistro	casco	passageiros	RCF - danos materiais	RCF - danos pessoais	APP - Morte	APP - Invalidez	Limite Franquia	Prêmio Estimado
1	VW, Caminhão Munck, placa AAB3254	10	não	100%	2	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	1.500,00	
2	GM, S 10, 1.8 S, placa AKC3088	10	não	100%	2	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	1.500,00	
3	AGRAL, Micro ônibus AGRAL Mascarelo 27 passageiros, placa AOD3928	10	não	100%	27	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.500,00	

4	GM, Astra Sedan Advantage Flex, placa APS2704	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	900,00	
5	GM, Astra Sedan Advantage Flex, placa APS2711	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	900,00	
6	FIAT, Doblô ELX 1.8 Flex, placa AQH9158	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	900,00	
7	FORD, Fiesta Sedan 1.6 Flex, placa AQT4914	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	900,00	
8	AGRALE, Ônibus AGRALE - 44 passageiros, placa AQW9684	10	não	100%	44	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.500,00	
9	RENAULT, Kangoo 1.6 16V Hi flex,placa ATD5841	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	1.500,00	
10	NISSAN, Sentra 2.0 16V Flex, placa ATO2694	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	900,00	
11	FORD, Caminhão cargo, placa ATS3485	10	não	100%	2	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	3.500,00	
12	NISSAN, Frontier XE 4x4, placa AWM1146	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
13	MMC, L200 triton 3.2 , placa AWP4166	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
14	NISSAN, Frontier XE 4x4, placa AWQ6719	8	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
15	FIAT, Pálio Adventure WK Flex, placa AWT3119	9	sim	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	900,00	
16	MMC, L200 triton 3.2 , placa AWV1284	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
17	MMC, L200 triton 3.2 , placa AWV1285	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
18	MMC, L200 triton 3.2 , placa AWV1287	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
19	MMC, L200 triton 3.2, placa AWV1290	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
20	MMC, L200 triton 3.2, placa AWV1292	8	sim	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
21	FORD, Focus 2L FC Flex, placa AWX5313	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	900,00	
22	MMC, L200 triton 3.2, placa AXE6762	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
23	MMC, L200 triton 3.2, placa AXE6763	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
24	MMC, L200 triton 3.2, placa AXE6765	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
25	MMC, L200 triton 3.2, placa AXE6766	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
26	FIAT, Pálio Adventure WK Flex, placa AXJ6709	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	1.500,00	
27	FIAT, Pálio Adventure WK Flex, placa AXJ6710	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	1.500,00	
28	FIAT, Pálio Adventure WK Flex, placa AXJ6736	6	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	1.500,00	
29	FORD, Focus 2L FC Flex, placa AXK0567	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	1.500,00	
30	FORD, Focus 2L FC Flex, placa AXK0568	8	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	1.500,00	
31	TOYOTA, Hilux CD 4X4 STD, placa AZH9734	9	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
32	TOYOTA, Hilux CS 4X4, placa AZH9737	9	não	100%	2	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
33	TOYOTA, Hilux CS 4X4, placa AZH9739	5	não	100%	2	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
34	MMC, L200 triton GL D, placa AZI6545	9	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
35	FIAT, Weekend Adventure Flex, placa AZI7566	9	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	1.500,00	
36	RENAULT, Fluence DYN 2.0 A Flex, placa AZN8354	7	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	1.500,00	
37	MMC, L200 Triton Sport GL, placa BDA7127	5	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.400,00	
38	Mbenz, Caminhão M.Benz L2013, placa JFF5857	10	não	100%	5	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	2.500,00	

39	GM, Montana LS Flex, placa PVM7082	8	não	100%	2	100.000,00	100.000,00	24.000,00	24.000,00	1.500,00	
----	---------------------------------------	---	-----	------	---	------------	------------	-----------	-----------	----------	--



Documento assinado eletronicamente por **Erich Gomes Schaitza, Chefe-Geral**, em 21/11/2023, às 13:34, conforme art. 6º, parágrafo 1º do Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Eleusis Borba Antunes, Supervisor**, em 21/11/2023, às 13:35, conforme art. 6º, parágrafo 1º do Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Simone de Jesus Büchner Rauch, Analista**, em 21/11/2023, às 13:45, conforme art. 6º, parágrafo 1º do Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sede.embrapa.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **9706356** e o código CRC **D148F59C**.